



**Relatório Anual de Sustentabilidade
CDHU 2017**

SUMÁRIO

Destaques: principais ações da CDHU em 2017	3
Apresentação	7
Materialidade.....	8
A política habitacional do Estado de São Paulo	11
Estrutura do setor habitacional do governo do estado de são paulo	11
A CDHU	12
Déficit e Inadequação das Regiões Metropolitanas	13
Atendimentos.....	13
Missão, Princípios e Valores	19
Estrutura de Governança da CDHU	22
Transparência e ética.....	24
Combate à Corrupção.....	24
Novo código de conduta e Integridade	25
Gestão de Riscos	26
Gestão e Resultados	28
Capital Financeiro	29
Planejamento Estratégico	29
Desempenho Econômico	30
Capital Manufaturado.....	31
Investimento em infraestrutura.....	31
Impactos indiretos	32
Cadeia de suprimentos.....	34
Capital Intelectual.....	36
Habitação de Qualidade.....	36
Orientações nos conjuntos habitacionais	37
Eficiência no atendimento ao cidadão	39
Capital Humano	40
Equipe CDHU.....	40
Remuneração	43
Desenvolvimento e valorização da equipe	45
Saúde e segurança	45
Capital Social e Relacionamento	47
Engajamento com as partes interessadas.....	47
Beneficiários das políticas de atendimento habitacional.....	48
Trabalho Técnico Social nas Obras de Urbanização.....	49
Atendimento à população nos projetos de reassentamento habitacional.....	51
Capital Natural	52
Energia	53
Proteção à biodiversidade.....	55
Informações Corporativas	57
Sumário de Conteúdo GRI Standards.....	57
Créditos	70

DESTAQUES: PRINCIPAIS AÇÕES DA CDHU EM 2017

Prêmios:

ECO Brasil (Amcham) – Energia Fotovoltaica

Selo de Mérito (Associação Brasileira de COHABs –ABC) – CRM

Lançamento de publicações:

“As cores da urbanidade”, da jornalista Lorette Coen. Publicação em português e inglês sobre o trabalho técnico-social da CDHU - Companhia Desenvolvimento Habitacional e Urbano no projeto para a recuperação ambiental da Serra do Mar, em Cubatão – SP (Museu da Casa Brasileira em 27/04/2017)

“CDHU 50 anos”, organizado por Eduardo Trani e Maria de Lourdes Badejo Gussoni. Publicação que apresenta documentação, com dados cobrindo as diferentes etapas dos 50 anos de atuação da CDHU - Companhia Desenvolvimento Habitacional e Urbano (Fórum Nacional de Habitação de Interesse Social em 22/08/2017)

Mensagem da Administração

Prezados,

É com grande satisfação que a CDHU – Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo apresenta o seu Relatório de Sustentabilidade 2017, destacando as principais ações realizadas pela Companhia, sua forma de gestão e relação com suas partes interessadas.

Para este Relatório, a CDHU adotou os princípios e diretrizes da Global Reporting Initiative (GRI) e da International Integrate Reporting Council (IIRC), apresentado um relato integrado, estruturado em 06 capitais: Manufaturado, Humano, Intelectual, Social, Natural e Financeiro.

Nosso objetivo é ampliar a transparência em nosso processo de relato da gestão corporativa, sob a ótica da Sustentabilidade. Assim, reunimos nesta publicação informações sobre o desempenho no ano de 2017, reiterando o compromisso de fortalecer a aplicação deste conceito em nossas práticas de gestão, aperfeiçoando continuamente nossa comunicação com nossos públicos de interesse.

Boa leitura!

Humberto Emmanuel Schmidt de Oliveira
Diretor Presidente da CDHU

Novas perspectivas

[102-14, 102-15]

Maior empresa do setor de habitação do país, a CDHU já produziu mais de 525 mil unidades, em mais de 50 anos de história, conquistando o respeito e a confiança de todos os seus públicos. Apesar das dificuldades enfrentadas com a crise política e econômica que assolou o país nos últimos anos, afetando a arrecadação do estado e, conseqüentemente, a produção de unidades habitacionais, a Companhia manteve seu compromisso de atender a população paulista e fez um grande esforço para não paralisar suas obras.

Entretanto, 2017 trouxe novas perspectivas, e com a economia em recuperação, fizemos 17 novas licitações e entregamos mais de cinco mil unidades habitacionais para a população de baixa renda do estado de São Paulo, especialmente em pequenos municípios, que são os mais carentes de programas habitacionais. Ao mesmo tempo, continuamos nossas parcerias com programas federais e estaduais como o Minha Casa Minha Vida e a Casa Paulista.

A regularização das unidades já entregues é outro foco do trabalho da Companhia, para garantir que os antigos mutuários tenham seu imóvel regularizado - as novas entregas são realizadas com todos os processos de regularização concluídos. Nesse sentido, a nova lei de regularização fundiária (Lei Federal nº 13.465/2017), recentemente editada, veio aprimorar o marco legal, e deverá facilitar e agilizar esses processos.

Também investimos no relacionamento com nossos mutuários e demos continuidade ao trabalho com os mutuários inadimplentes. Somos muito flexíveis nas negociações, afinal, nosso objetivo maior é o atendimento à população. Porém, acreditamos que a manutenção de uma situação regular é positiva para todos, garantindo benefícios às famílias atendidas e permitindo investimentos para beneficiar, por meio da política habitacional estadual, um número cada vez maior de famílias.

Em razão da crise econômica, registramos aumento da taxa de inadimplência, entretanto, com as ações de abordagens realizadas, tivemos um aumento na arrecadação da Companhia em 2017. Adotamos o envio de carnês anuais ao invés de boletos mensais, o que facilita a vida das pessoas e promove uma economia de postagem para a Companhia (mais de 50% de queda do custo em 2017 na comparação com o ano anterior). Além disso, o contato porta a porta e as diversas ferramentas de relacionamento com os mutuários permitem melhorias no atendimento e também na arrecadação.

Implantamos a ferramenta de CRM - Customer Relationship Management, que está aproximando a CDHU de seus mutuários. A ferramenta permitiu inovações na regularização documental, financeira e no atendimento aos mutuários, possibilitando a atuação de equipes volantes e a implantação e interação de call center ativo e receptivo. O sistema online já realizou mais de 450 mil atendimentos, todos rastreáveis e executados com agilidade e de acordo com a padronização estabelecida pela Companhia. A iniciativa recebeu o Selo de Mérito 2018 da Associação Brasileira de

COHABs, na categoria Ações, Planos e Programas Voltados Para a Produção de Habitação de Interesse Social.

Para atender à nova lei das estatais- lei federal nº 13.303 de 2016-, estabelecemos grupos de trabalho multidisciplinares. Com isso, já contamos com um novo estatuto revisado e aprovado, revisamos nosso Código de Conduta e Integridade, estamos formalizando nossa área de Compliance e adequando nossos processos de licitação. Contamos com uma estrutura de gestão coerente com práticas internacionais, com conselhos administrativo e fiscal, auditorias externas - seja pela Secretaria da Fazenda, pelo Tribunal de Contas ou mesmo uma auditoria independente -, garantindo uma governança corporativa cada vez mais sólida e transparente.

Com o foco no atendimento habitacional para a população de baixa renda, a CDHU cumpre seu papel de responsabilidade social como executora da política habitacional do estado. Além disso, busca constante aprimoramento na qualidade de seus projetos, incorporando inovações que beneficiem a sociedade e o meio ambiente. Após a incorporação de aquecedores solares em todas as novas unidades, passamos a contar também com placas fotovoltaicas para geração de energia. A iniciativa garantiu à CDHU o Prêmio Eco Brasil Amcham (Câmara Americana de Comércio das Américas) & Estadão 2017, na categoria Sustentabilidade em Produtos ou Serviços.

Atenta às oportunidades geradas pela crise, a Companhia desenvolveu estudos com o objetivo de adquirir prédios antigos no centro da capital paulista para reformar e transformar em moradias, de importante significado como casos de retrofit promovidos pela Companhia, além de entregar resultados expressivos no programa de urbanização de favelas na Serra do Mar, em 2017.

Com a inflação controlada e as taxas de juros caindo- como a Selic, por exemplo -a tendência é que haja um aquecimento da economia. Nossa meta é iniciar a construção de nove mil novas unidades e o fortalecimento de programas de urbanização.

Agradecemos a todos os nossos públicos de relacionamento pela confiança e parceria e esperamos seguir juntos nesse caminho de melhoria da habitação no estado de São Paulo.

Reiteramos nossa intenção de dar continuidade à implantação dos dez princípios do Pacto Global da ONU, como parte da estratégia, cultura e operações cotidianas.

Boa leitura,

Nédio Rosselli Filho

*Diretor Presidente da CDHU
(dezembro de 2017 a maio de 2018)*

Carlos Alberto Fachini

*Diretor Presidente da CDHU
(janeiro a novembro de 2017)*

Um ano de recuperação e retomada

[102-14, 102-15]

O ano de 2017 foi marcado pelo início de uma recuperação econômica no país, o que trouxe expectativas positivas para o mercado imobiliário e também para o setor habitacional. Com mais recursos públicos é possível aumentar o atendimento em habitação social e urbanização. Assim, retomamos novas contratações de projetos e aceleramos entregas, após dois anos de recessão e desafios econômicos.

O governo vem trabalhando para otimizar as soluções habitacionais no estado, com diversas ações, muitas vezes apoiadas pelo *know how* da CDHU. Uma importante novidade do setor no último ano foi a nova lei nacional (nº 13.465/17) referente à regularização fundiária. Com a nova legislação, a burocracia e os custos deverão ser eliminados. As etapas para a emissão do registro de regularização fundiária do imóvel foram reduzidas de quatro a uma única. As certidões de matrícula das casas agora são custeadas pelo cartório e não mais pela família, por exemplo. Assim um número bem maior de beneficiados pelas ações da SH/CDHU, poderão alcançar com mais rapidez os títulos de propriedade, graças aos esforços do Programa estadual de regularização fundiária – Cidade Legal.

Com uma metodologia abrangente e inovadora, em 2017, a CDHU viabilizou parcerias com agências regionais metropolitanas, promovendo o início da elaboração de Planos Metropolitanos de Habitação, que vão indicar soluções específicas para cada região, de acordo com diagnósticos e mapeamentos realizados juntamente com os municípios. Estão sendo mapeadas as características dos assentamentos precários para nortear os investimentos que requalifiquem essas áreas e melhorem, definitivamente, a vida dessas famílias. Essa iniciativa envolverá 68 cidades em três regiões: metropolitana de São Paulo (39 cidades), Baixada Santista (9) e Campinas (20).

A nova Política de Reassentamento Habitacional proposta pela CDHU em 2017 e editada por Resolução da Secretaria de Habitação também formaliza um direcionamento essencial para o atendimento de famílias em situações de risco ou em áreas de influência de obras públicas e ações de recuperação urbana e ambiental. A estruturação do documento só foi possível graças à ampla experiência da Companhia nesse trabalho e servirá de base para todo o estado.

O Feirão Morar Bem Viver Melhor também ofereceu subsídios para famílias que recebem auxílio moradia, traçando um caminho mais econômico para o estado, ao solucionar questões habitacionais prementes e auxiliando famílias beneficiárias da CDHU a adquirirem a casa própria. Foram ofertados cheques moradia a fundo perdido, no valor de até R\$ 40 mil por família. Nas duas edições do feirão (novembro 2016 e outubro 2017) foram comercializados mais de 1.400 imóveis, sendo 60 deles por famílias beneficiárias do auxílio moradia da Companhia, número que tende a aumentar nos próximos anos.

Com a consolidação de boas práticas sociais e ambientais na habitação de caráter social, pudemos ver novamente em execução os avanços na qualidade das unidades

habitacionais. Prova de que este é o caminho certo a percorrer, a Companhia recebeu em 2017 os prêmios da Associação Brasileira das Cohabs (ABC) e da Câmara de Comércio das Américas (Amcham) por seu trabalho de incorporar a geração de energia de fonte solar em seus empreendimentos, gerando mais uma oportunidade de economia para as famílias, que veem sua conta de energia reduzida. Com o novo sistema, as famílias conseguem um desconto de até R\$ 46,50 mensais na conta de energia.

Paralelamente a todo esse trabalho voltado às soluções habitacionais, também voltamos a investir em 2017 em projetos de urbanização de favelas e assentamentos precários, reativando fontes de financiamento, acompanhadas da retomada do investimento público. Esse é um trabalho fundamental para o governo do estado, pois garante uma relação harmoniosa com a comunidade atendida.

A partir de agora, sentimos que as perspectivas são cada vez mais positivas para o país e, conseqüentemente, para o setor habitacional do estado de São Paulo. Com a economia em recuperação, esperam-se melhorias em todas as áreas e um desenvolvimento cada vez mais consistente da situação habitacional paulista.

Agradecemos a todos que nos apoiam rumo a um futuro melhor para as famílias e cidades paulistas.

Rodrigo Garcia
Secretário de Habitação do Estado de São Paulo

APRESENTAÇÃO

Priorizando transparência e agilidade em suas ações, a Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo (CDHU) apresenta neste relatório – que corresponde ao período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2017 – informações financeiras e de gestão, passando pelos valores ambientais e sociais. Para a construção deste relato, de forma integrada, utilizamos as diretrizes do International Integrated Reporting Council (IIRC). Esse relatório foi elaborado de acordo com os GRI Standards: opção essencial. [102-50, 102-54]

Com o objetivo de abordar os temas considerados mais relevantes por nossos principais stakeholders¹ e pela alta administração, os principais indicadores foram identificados a partir de um levantamento de informações internas por diferentes áreas da CDHU, da Secretaria da Habitação do Estado de São Paulo e por meio da análise de relatórios anteriores.

¹ Sigla em inglês para “públicos de interesse”.

Considerando também a metodologia <IR> (Integrated Report), que utiliza o conceito ‘conectividade da informação’ para promover a integração da estratégia, governança corporativa, desempenho e perspectivas, os capítulos estão organizados segundo os seis capitais que promovem a geração de valor para um negócio: financeiro, natural, social, intelectual, humano e manufaturado.

Publicado anualmente, este documento traz as principais práticas da Companhia alinhadas ao Planejamento Estratégico². É importante ressaltar que não foram registradas mudanças significativas no período coberto pelo Relatório em relação ao porte, estrutura, participação acionária ou cadeia de fornecedores da empresa. Também não houve reformulações em relação às informações apresentadas no ano anterior sobre fusões ou aquisições, natureza do negócio, métodos de medição dos indicadores ou abrangência do reporte. [102-10, 102-48, 102-49, 102-52]

Desde o relatório referente ao ano de 2016, a CDHU optou pela não realização de uma verificação externa, pois esta ainda não é considerada como alta materialidade pela administração. A verificação externa deixou de ser um fator decisivo, pois a ênfase está na real incorporação da sustentabilidade às estratégias de negócios e processos. Assim, a validação do conteúdo é feita pelo Diretor Presidente da CHDU e, em seguida, é apresentada ao Conselho de Administração. E os indicadores econômicos continuam sendo avaliados por uma auditoria externa independente. [102-32, 102-56]

MATERIALIDADE

A definição dos temas mais relevantes para a organização é realizada a cada dois anos, portanto, a matriz de materialidade utilizada para estruturar o conteúdo deste relatório, utilizou a mesma pesquisa realizada em 2016 com os principais públicos impactados da Companhia. Foram analisados 12 temas³ relacionados aos aspectos econômico, social e ambiental. Esses temas foram definidos pela equipe de coordenação, formada por representantes das diretorias de Planejamento e Projetos e Administrativo-Financeira, de acordo com relatórios de anos anteriores e diretrizes estratégicas da Companhia, com validação pela Presidência. [102-21, 102-43, 102-46]

O resultado dessa pesquisa, que consultou funcionários da CDHU, fornecedores selecionados por relevância de prestação de serviços e representantes da sociedade civil, órgãos públicos e entidades representativas do setor, possibilitou a identificação dos sete temas e aspectos listados, conforme quadro e matriz apresentados a seguir. [102-44]

² Saiba mais no tópico Planejamento Estratégico da CDHU.

³ Os doze temas analisados pelos entrevistados foram: habitação social de qualidade, engajamento com as partes interessadas, eficiência no atendimento aos clientes, planejamento estratégico, desempenho econômico, inovação e qualidade em produtos e serviços, gestão de riscos da cadeia de suprimentos, transparência nas relações, garantia dos direitos humanos, desenvolvimento e valorização dos colaboradores, proteção à biodiversidade e saúde e segurança do trabalho.

Os indicadores econômicos passaram por auditoria externa, cujos resultados estão divulgados no site da Companhia: <http://www.cdhu.sp.gov.br>. [102-56]

[102-47]

Tema Matriz de Materialidade	Aspecto Material GRI
Habitação Social de Qualidade	Impactos econômicos indiretos Comunidades locais
Planejamento Estratégico	Desempenho econômico Presença no mercado
Eficiência no Atendimento aos Clientes	Saúde e segurança do cliente Rotulagem de produtos e serviços Comunicação e marketing Privacidade do cliente
Saúde e Segurança no Trabalho	Saúde e segurança no trabalho
Proteção à Biodiversidade	Biodiversidade
Transparência nas Relações	Combate à corrupção Políticas públicas Concorrência desleal Conformidade
Inovação e Qualidade em Produtos e Serviços	Rotulagem de produtos e serviços

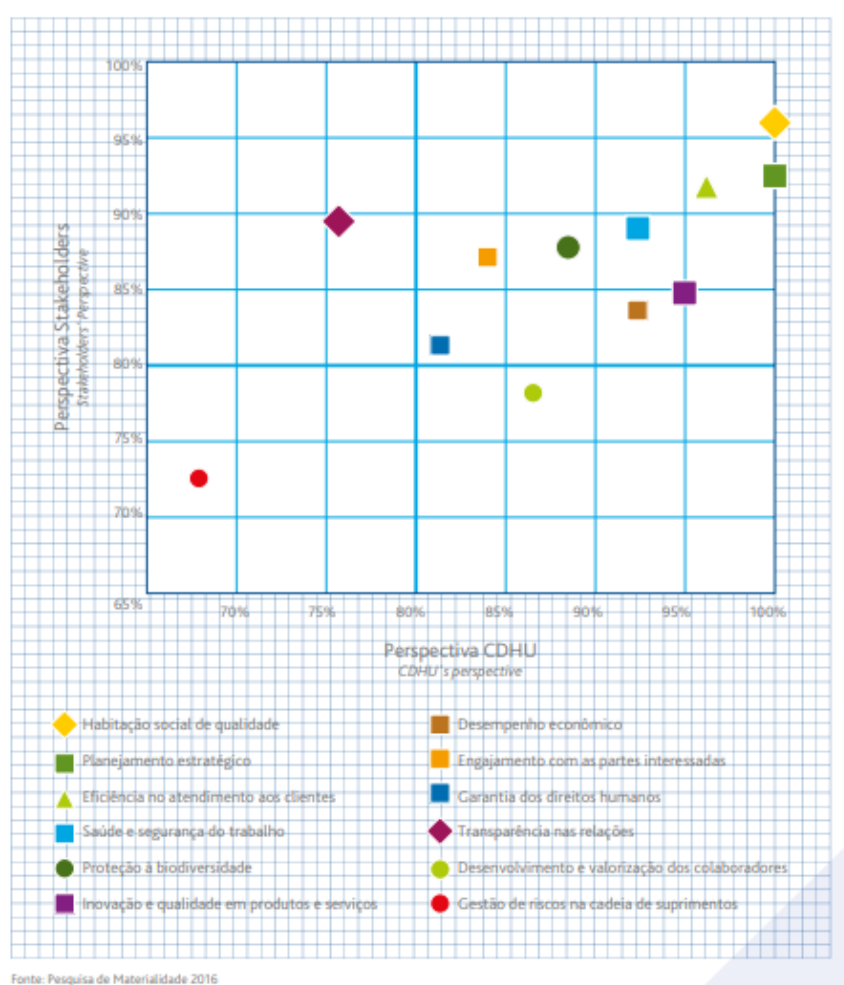
Conforme os temas abordados, cada grupo de stakeholders selecionou elementos considerados relevantes. Os resultados estão destacados no quadro a seguir:

[103-1]

Tema Material	Descrição	Públicos Impactados
Habitação Social de Qualidade	Forma de atuação da CDHU para o desenvolvimento da comunidade, por meio de investimentos em infraestrutura, geração de empregos diretos e indiretos, disponibilização de serviços, programas sociais, melhoria da qualidade de vida da comunidade.	Fornecedores
		Representantes da Sociedade Civil
Planejamento Estratégico	Identificação e planejamento das atividades consideradas estratégicas para a CDHU, incluindo seus riscos e oportunidades, obrigações e posição da empresa no mercado.	Público interno
		Fornecedores
		Representantes da Sociedade Civil
Eficiência no Atendimento aos Clientes	Forma como a CDHU garante o bom atendimento aos clientes / usuários, incluindo, informações gerais e de segurança sobre os produtos e serviços, eventuais problemas e avaliação de sua satisfação.	Representantes da Sociedade Civil
Saúde e Segurança do Trabalho	Apresentação das práticas adotadas pela CDHU para garantir a saúde e segurança de seus empregados.	Público interno
		Fornecedores
Proteção à Biodiversidade	Forma como a CDHU atua na proteção à biodiversidade das suas áreas de abrangência, garantindo a preservação do meio ambiente.	Público interno
		Fornecedores
		Representantes da Sociedade Civil

Transparência nas Relações	Identificação de ações adotadas pela CDHU que garantem transparência nas suas relações internas e externas, incluindo o combate à corrupção, a conformidade de seus produtos (multas), a relação com os concorrentes, além de sua atuação em políticas públicas.	Público interno
		Fornecedores
		Representantes da Sociedade Civil
Inovação e Qualidade em Produtos e Serviços	Informações sobre produtos e serviços oferecidos e os impactos, positivos ou negativos, na sociedade.	Fornecedores
		Representantes da Sociedade Civil

Matriz de Materialidade CDHU



Para mais informações sobre os conteúdos deste relatório, acesse o site ou entre em contato com a Superintendência de Planejamento e Programas Habitacionais ou Gerência de Comunicação pelo telefone: (11) 2505-2000.

<http://www.cdhu.sp.gov.br>

[102-21, 102-53]

A POLÍTICA HABITACIONAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

Criado para o período de 2011 a 2023, o Plano Estadual de Habitação do Estado de São Paulo foi desenvolvido a partir da percepção de um dos maiores e mais abrangentes desafios do país: as carências habitacionais e urbanas que têm impacto direto nas condições de moradia da população paulista. Previsto nos Planos Plurianuais de Investimentos (PPAs), o atendimento a essas necessidades tem aporte de recursos estaduais. Em 2015 foi elaborado o plano plurianual para o período 2016-2019, editado por meio da Lei Estadual nº 16.082, de 28/12/2015. [102-26, 102-43, 102-44]

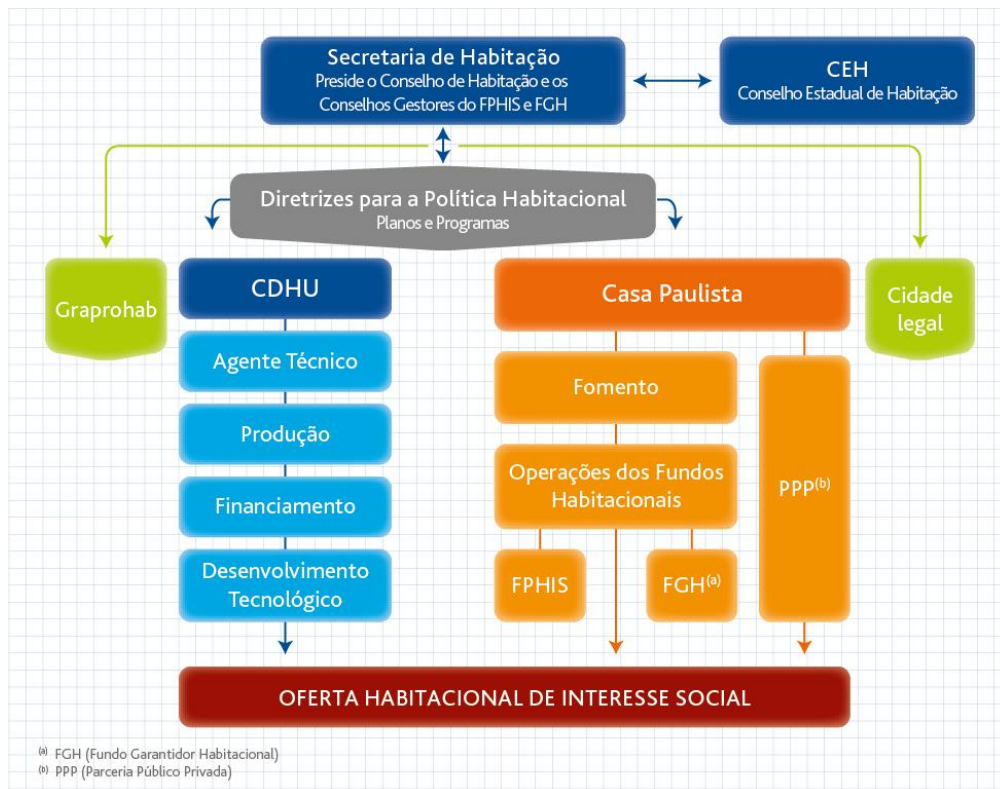
Formulados de acordo com as diretrizes técnicas do Plano Estadual e as prioridades da gestão da Secretaria de Habitação e da CDHU, os planos plurianuais são submetidos à Secretaria de Planejamento do Estado, e após alguns ajustes conforme as diretrizes de governo, são condensados em um projeto de lei apresentado à Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. Este plano orienta o desenvolvimento das leis orçamentárias aprovadas anualmente.

O cenário habitacional no Estado de São Paulo, sobretudo nas últimas décadas, tem sido marcado por dois grandes desafios para o poder público. O primeiro é a necessidade de novas moradias para a população de baixa renda, não atendida pelo mercado formal, com base em uma política estruturada de Habitação de Interesse Social – HIS, que direcione as ações das três esferas de governo. O segundo desafio é a necessidade de recuperar e qualificar os passivos urbanos e ambientais gerados pelo crescimento intenso e desordenado das cidades, devido ao processo excludente de urbanização e apropriação do solo, dos bens e serviços urbanos, revelado pelos mais de 3 milhões de domicílios paulistas com carências, de acordo com a Fundação Seade (FSEADE). Além disso, é fundamental compreender as diversidades regionais desse multifacetado território paulista.

ESTRUTURA DO SETOR HABITACIONAL DO GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Com os avanços dos últimos períodos, a Política de Habitação do Governo do Estado de São Paulo tem por base uma estrutura institucional que a integra às diretrizes federais do Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS), com agentes municipais, entidades promotoras, movimentos sociais e o setor produtivo.

Os programas e projetos são colocados em prática pela Secretaria da Habitação do Estado de São Paulo, que conta com suporte do Conselho Estadual de Habitação, órgão consultivo responsável por promover a discussão e o monitoramento da política estadual de habitação com a participação de segmentos da administração pública e da sociedade civil. O agente técnico, de produção, financiamento e desenvolvimento tecnológico dos programas da Secretaria é a Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano (CDHU), e o agente de fomento é a Agência Paulista de Habitação Social (Casa Paulista).



A CDHU

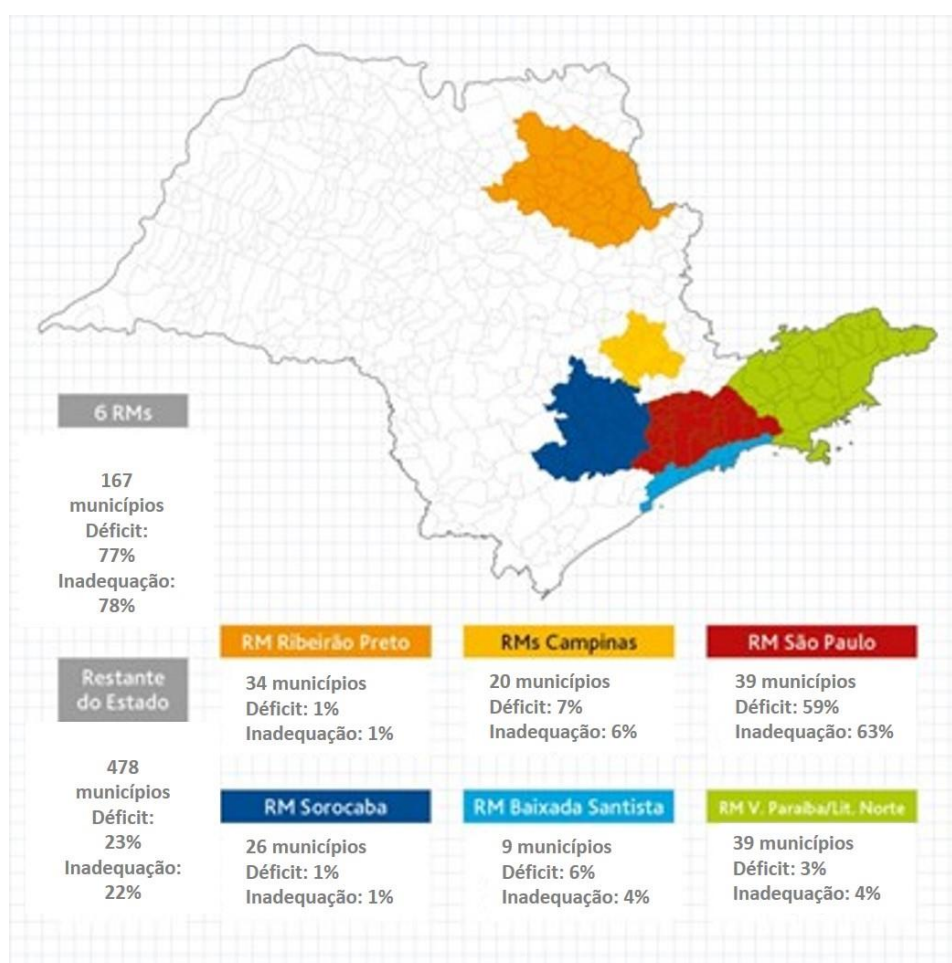
Com sede na cidade de São Paulo, a Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo (CDHU) é uma sociedade de economia mista e tem 99,9% de participação do Governo do Estado de São Paulo. Em dezembro de 2017, empregava diretamente 916 pessoas (efetivos, estagiários e aprendizes) em 11 Núcleos Regionais, sete Postos de Atendimento Habitacional e um Centro de Integração da Cidadania (CIC) no Conjunto Habitacional Jardim São Luís em Campo Limpo. Em dezembro de 2017, seu capital total subscrito somava mais de R\$ 14 bilhões. [102-1, 102-5, 102-6, 102-7]

O propósito da CDHU é atuar em ações para a promoção e execução de programas habitacionais no Estado, visando o atendimento à população de baixa renda, principalmente na faixa de um a três salários mínimos. Além da provisão de moradias, a empresa também executa programas de urbanização de favelas e ações de regularização e melhorias urbanas e habitacionais em processos de renovação urbana. [102-2]

Suas atividades estão distribuídas em 645 municípios do Estado, com cerca de 2,3 milhões de pessoas beneficiadas, se considerada a média de moradores das unidades habitacionais identificada em levantamento censitário realizado para a companhia pelo Consórcio Perfil (2008). Seus esforços estão direcionados a toda a rede de cidades do Estado, o que inclui as aglomerações e os centros urbanos e as 6 regiões

metropolitanas: Baixada Santista, Campinas, Ribeirão Preto, São Paulo, Sorocaba e Vale do Paraíba e Litoral Norte. Estas regiões concentram 77% do déficit habitacional do Estado e 78% das moradias em condições inadequadas. Sua ação é marcante nos demais municípios do Estado, mesmo os de pequeno porte populacional, de modo a atender as carências por moradia. [102-7]

DÉFICIT E INADEQUAÇÃO DAS REGIÕES METROPOLITANAS



* Fonte: estimativa IBGE, agosto de 2015 para o Plano Estadual de Habitação 2011-2023. Fonte Necessidades Habitacionais: Fundação Seade. Elaboração CDHU/DPF/SPH/GPH, nov. 2016.

Concentração de famílias de mais baixa renda em situação de déficit e de inadequação habitacional: 71% dos domicílios, considerando famílias com renda de até 3 salários mínimos.

ATENDIMENTOS [102-6, 102-11]

Com um total de 5.669 atendimentos realizados em 68 municípios no ano de 2017 – o que corresponde a 5.055 unidades habitacionais e 111 cartas de crédito, além de 503

famílias beneficiadas por obras de urbanização de favelas ou assentamentos precários nos municípios de Cubatão e Santo André, a Companhia continua seu compromisso de reduzir o déficit e a inadequação habitacional paulista.

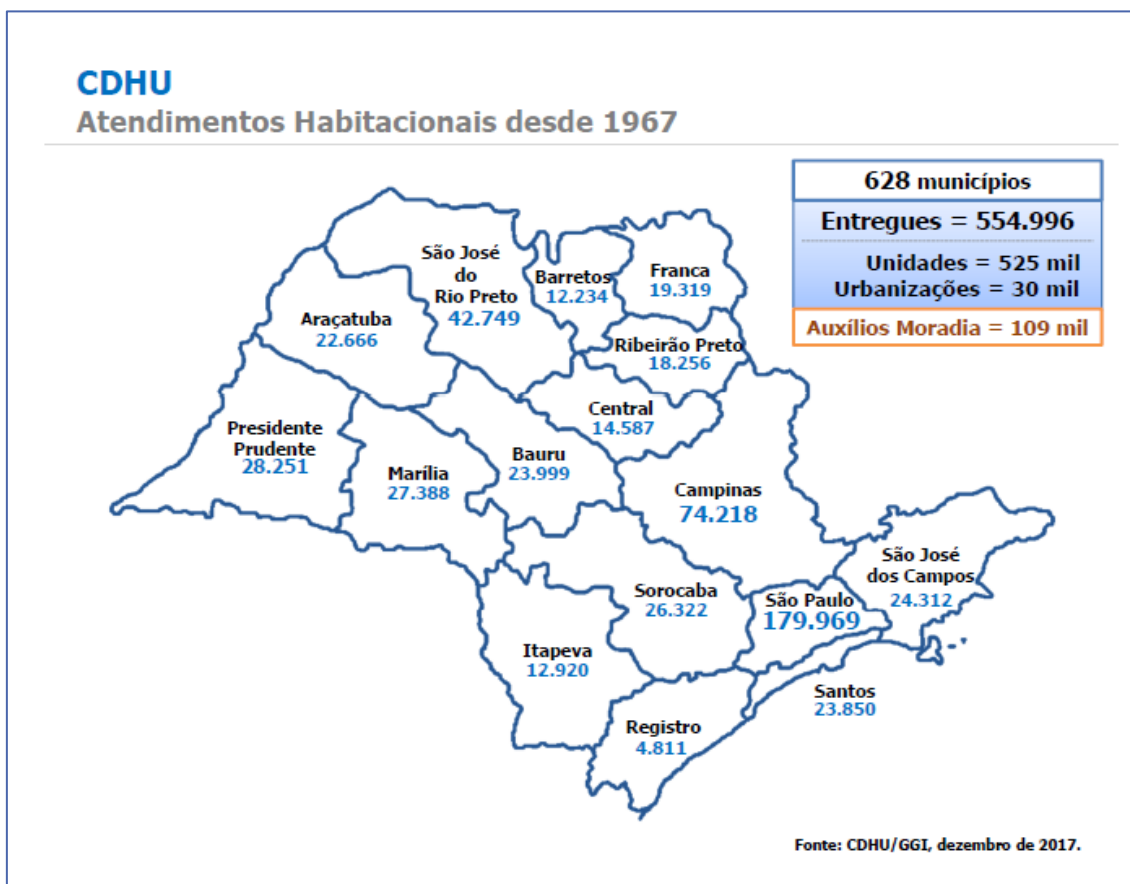
Devido a desastres naturais em áreas públicas, áreas de preservação permanente ou de risco, 1.734 famílias receberam o auxílio moradia emergencial durante o ano – até que possam ter atendimento habitacional definitivo –, ao passo que 9.993 auxílios moradia provisórios foram oferecidos para famílias removidas para realização de obras de urbanização e reassentamento pelo governo.

Atualmente, a CDHU tem 18.297 unidades habitacionais em execução, às quais se somam 3.490 domicílios que estão sendo beneficiados por obras de urbanização de favelas em execução.

O conceito de família utilizado para o atendimento pela CDHU abrange uma diversidade de realidades e situações, com o objetivo de atender à sociedade da forma mais ampla possível:

- Família
 - Comunidade formada por indivíduos que são ou se consideram aparentados, unidos por laços naturais, por afinidade ou por vontade expressa e residentes no mesmo domicílio, e também o indivíduo só.
 - Família Afetiva
Família constituída por indivíduos que reciprocamente se consideram afamiliados, que são unidos por afinidade ou por vontade expressa e que residem familiarmente sob o mesmo teto, de maneira pública, duradoura e contínua.
 - Família Anaparental ou Aparental
Família constituída por integrantes ligados pelo parentesco consanguíneo, que vivem familiarmente sob o mesmo teto, de maneira pública, duradoura e contínua, mas sem a presença de nenhum dos pais dos integrantes.
 - Família Beneficiária
Família do Beneficiário atualmente residente no mesmo domicílio e que se manterá junta no usufruto do atendimento habitacional ofertado.
 - Família Habilitada
Família aprovada no processo de habilitação e apta para assinatura de instrumento contratual de atendimento habitacional com a CDHU.
 - Família Monoparental
Família constituída por apenas um genitor, podendo ser a mãe ou o pai, no papel de criação, educação e manutenção dos filhos.

Atendimentos Habitacionais CDHU Entregues em 2017 [102-7]



Política de participação e parcerias [102-13]

Nos últimos anos, a política de habitação do governo de São Paulo avançou com base em forte estrutura institucional, conectada às diretrizes federais do Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS) e, no âmbito regional, com agentes municipais, entidades promotoras, movimentos sociais e setor produtivo. Por meio do Conselho Estadual de Habitação (CEH), de caráter consultivo, a Secretaria de Habitação (SH) promove discussões sobre a política estadual de habitação e o monitoramento de sua ação, e abre espaço para a participação dos segmentos da sociedade civil organizada envolvidos direta ou indiretamente com a habitação social.

Fundamentada em relações de transparência, a CDHU leva em consideração as particularidades das demandas para construir diálogo permanente com seu público estratégico – composto por diversos órgãos do governo, mutuários (clientes), funcionários, entidades da sociedade civil organizada, mídia, formadores de opinião e fornecedores –, articulando e provendo ações de diálogo e interação com todos os setores com os quais se relaciona.

Para o desenvolvimento de ações conjuntas, troca de informações e contribuição na elaboração de normas e programas relacionados à Política de Habitação Social do Estado de São Paulo, a CDHU tem participação ativa em conselhos, grupos e associações, por meio de representações, promovendo a integração das políticas habitacionais e urbanas aos demais setores.

Também participa em diversos fóruns para o fortalecimento das parcerias com o Governo Federal, Municípios e organizações da sociedade civil. Somando esforços, a Companhia acredita ser possível avançar nos interesses do Estado, da própria CDHU e das comunidades beneficiárias (mutuários e entorno), incentivando a participação de todos no processo de promoção de habitação social.

Em sua participação no Sistema Nacional de Habitação, a Companhia disponibiliza assessor técnico em tempo integral para atividades na sede da Associação Brasileira de Cohabs (ABC), em Brasília, além de realizar contribuição financeira com a taxa básica da organização. E no Conselho Estadual de Habitação contribui com suporte e assessoramento por meio da alocação de recursos humanos e físicos. Nos demais conselhos e grupos de trabalho participa com a representação por técnicos designados.

A CDHU também integra o Grupo de Trabalho para Prevenção e Combate aos Desastres Naturais, em parceria com os municípios, Defesa Civil, Instituto Geológico (IG) e Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT). O objetivo do grupo de trabalho é desenvolver ações estratégicas para áreas de risco em quase 40% dos municípios paulistas, sobretudo nas regiões metropolitanas e Vale do Ribeira.

No processo de diagnóstico habitacional das principais regiões metropolitanas do Estado, que vem produzindo informações territoriais de necessidades habitacionais que orientem a definição de programas e linhas de ação habitacionais, vem sendo desenvolvido, desde 2016, pela CDHU, em parceria com a Agência Metropolitana da Baixada Santista (AGEM) e os Municípios participantes da Câmara Temática de Habitação do Conselho de Desenvolvimento da Região Metropolitana da Baixada Santista (CONDESB), um conjunto de oficinas e workshops que contribuíram para a estruturação de variáveis e conceitos que caracterizam assentamentos precários, por meio de informações inseridas no Sistema de Informações Metropolitanas, estruturado pela Emplasa. Esta metodologia de trabalho foi apresentada para os conselhos de desenvolvimento das regiões metropolitanas de Campinas e São Paulo e, ainda em 2017, obteve sua aprovação, tendo sido iniciados os trabalhos também para a Região Metropolitana de São Paulo.

Entre as principais associações e organizações de que a CDHU participa, estão:

- Comitê da Bacia Hidrográfica do Alto Tietê (CBH-AT)
- CTPA - Câmara Técnica de Planejamento e Articulação do CBH-AT - Comitê da Bacia Hidrográfica do Alto Tietê
- Subcomitê Cotia Guarapiranga do CBH-AT - Comitê da Bacia Hidrográfica do Alto Tietê

- Camara técnica de Planejamento CBH-AT do CBH-SMT - Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Sorocaba e Médio Tietê
- CER - Comitê Estadual para Refugiados
- Comitê Gestor da Política Estadual de Mudanças Climáticas – PEMC
- Guardiões da Economia
- Comissão Temática de Articulação das Ações e Compatibilização de Investimentos do Comitê Gestor do Convênio entre Estado e PMSP
- Conselho de Desenvolvimento da Aglomeração Urbana de Jundiá
- Conselho de Desenvolvimento da Aglomeração Urbana de Piracicaba
- CONDESB - Conselho de Desenvolvimento da Região Metropolitana da Baixada Santista
- Câmara Temática Tecnologia da Informação e Comunicação do CONDESB - Conselho de Desenvolvimento da Região Metropolitana da Baixada Santista
- Câmara Temática Habitação do CONDESB - Conselho de Desenvolvimento da Região Metropolitana da Baixada Santista
- Câmara Temática Especial Meio Ambiente e Saneamento do CONDESB - Conselho de Desenvolvimento da Região Metropolitana da Baixada Santista
- Conselho de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Sorocaba
- Comitê Executivo do Plano de Desenvolvimento Integrado - PDUI do Conselho de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Sorocaba
- Conselho de Desenvolvimento da Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte
- FUMEFI - Conselho de Orientação do Fundo Metropolitano de Financiamento e Investimento
- CPI- Conselho do Patrimônio Imobiliário
- CONSEAS - SP - Conselho Estadual de Assistência Social
- CBH-SMT - Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Sorocaba e Médio Tietê
- CEI - Conselho Estadual do Idoso
- C MPU - Conselho Municipal de Política Urbana
- Grupo de Trabalho - Inclusão da População em Situação de Rua
- Grupo de Trabalho Intersecretarial (GTI) Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
- Grupo Gestor de Quilombos do Estado de São Paulo
- GSTIC - Grupo Setorial de Tecnologia da Informação e Comunicação
- Conferência Estadual de Direitos Humanos
- Conselho Gestor de Paraisópolis (PM SP)
- Comitê Gestor Intersecretarial do Programa de Combate à Extrema Pobreza do Estado de São Paulo (São Paulo Solidário)
- Grupo Executivo do Comitê de Operação de Defesa das Águas/ M`Boi Mirim – OIDA
- Comissão Intersecretarial Amigo do Idoso
- Comitê Intersecretarial de Assuntos Indígenas (CIAI)
- Conselho de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Ribeirão Preto
- Conselho Intersecretarial Alimentar e Nutricional - CAISAN/SP
- Câmara Intersecretarial de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável do Conselho Intersecretarial Alimentar e Nutricional - CAISAN/SP
- Comissão Intersecretarial do Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes a Convivência Familiar e Comunitária

Por fim, a Companhia também aderiu aos princípios do Pacto Global em 2015 – enviando seus relatórios de sustentabilidade 2014, 2015 e 2016 para inserção na plataforma –, e participou da elaboração do Relatório “Época 360 graus” e “Construção Sustentável”, coordenado pela Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo, em 2016 e 2017. Dentre as ações de qualidade e sustentabilidade promovidas pela Companhia em anos anteriores destaca-se a contribuição da CDHU e da Secretaria de Habitação no desenvolvimento de ações relacionadas à Política de Mudanças Climáticas (PEMC) e ao Programa Estadual de Construção Civil Sustentável no âmbito da habitação social.

O PAPEL DA CDHU COMO AGENTE TÉCNICO, FINANCEIRO E GARANTIDOR DAS PPPs DA ÁREA CENTRAL

A CDHU tem desempenhado um importante papel de suporte à Secretaria da Habitação na implantação das Parcerias Público-Privadas (PPPs) voltadas à construção de conjuntos habitacionais de interesse social (HIS) e conjuntos habitacionais de mercado popular (HMP) na região central da cidade de São Paulo. Entre as principais atividades de apoio estão:

- **Garantia Subsidiária da Contraprestação Pecuniária:** nos termos do contrato firmado entre a Secretaria da Habitação e a concessionária (PPP Habitacional SP Lote 1 S/A), foi constituída uma Garantia Subsidiária a ser prestada pela CDHU, complementar à Garantia Real prestada pela Companhia Paulista de Parcerias.
- **Apoio à seleção e habilitação das famílias:** o contrato da PPP prevê a destinação de unidades às famílias indicadas por entidades sem fins lucrativos habilitadas pela CDHU por meio de um edital publicado em novembro de 2010.
- **Atuação como Agente Financeiro da PPP:** em um convênio firmado com o Estado de São Paulo (por meio da Secretaria da Habitação), a CDHU está apta a atuar no financiamento de parte da demanda indicada pelo Poder Concedente que não preencher os critérios para contratação de operação de crédito junto ao Sistema Financeiro de Habitação, respeitando os limites de atendimento estabelecidos no contrato da PPP. Neste contexto, a CDHU concedeu financiamento a 13 famílias atendidas no Conjunto Habitacional São Caetano, primeiro empreendimento entregue no âmbito da PPP, com 126 unidades.
- **Transferência de terrenos:** considerando que o contrato da PPP estabelece que o Poder Concedente deve viabilizar os terrenos necessários para implantação de 100% das unidades em habitação de interesse social (HIS) e que a CDHU dispõe de áreas em dimensões e condições adequadas para este fim, foi estabelecida uma parceria para a transferência de terrenos da Companhia, destinados à construção de parte das unidades previstas no contrato. Esta ação já contempla o terreno do Conjunto Habitacional São Caetano, entregue em dezembro de 2016, e um terreno situado na Alameda Gleite, cujas obras foram finalizadas em setembro de 2017.

MISSÃO, PRINCÍPIOS E VALORES [102-18, 102-20, 102-26] -

A definição da Missão, Princípios e Valores da CDHU é resultado do processo de Planejamento Estratégico da Companhia, desenvolvido com a participação de grupos constituídos pela presidência e formados por diretores, superintendentes, gerentes, líderes e funcionários designados conforme os temas propostos. São eles que desenvolvem as políticas a partir de estratégias econômicas, sociais e ambientais definidas pela Diretoria Plena da organização, alinhadas aos seus conselhos de administração e fiscal e ouvidos os stakeholders.

Com a perspectiva futura de manter-se como uma Companhia de referência e inovadora no atendimento às demandas habitacionais de interesse social prioritárias locais e regionais, considerando suas especificidades, de modo a enfrentar o elevado e desigual passivo de inadequação e déficit habitacional, por meio da provisão de novas moradias e ações de recuperação urbana, associadas ao desenvolvimento local e à promoção da inclusão social e cidadania, no Estado de São Paulo, a missão da CDHU é oferecer soluções habitacionais de interesse social às famílias de baixa renda no território paulista, seguindo diretrizes da Política Habitacional do Estado em três dimensões:

- **Social:** atender famílias com maior vulnerabilidade social e atuar diretamente na melhoria da qualidade de vida.
- **Econômica:** garantir o acesso ao financiamento e a subsídios compatíveis com a capacidade de pagamento das famílias, respeitando o equilíbrio econômico-financeiro da Companhia.
- **Qualidade e Sustentabilidade:** viabilizar imóveis com projetos de qualidade, infraestrutura e integrados à cidade; garantindo o uso e manutenção adequados nas condições de habitabilidade, acessibilidade, sociabilidade e qualidade urbana e ambiental.

São princípios que embasam e norteiam a atuação da CDHU na concretização de sua missão e visão de futuro a dignidade da pessoa humana, a integridade, a transparência, a moralidade, a impessoalidade, a legalidade, a conformidade, a sustentabilidade e a eficiência.

A atuação e as decisões da CDHU são determinadas com fundamento nos seguintes valores:

- o compromisso com o cumprimento de seus objetivos;
- o respeito como prática em seus relacionamentos internos ou externos, com a permanente busca por melhoria na qualidade de vida de todos com os quais se relaciona;
- a inovação na implementação de seus bens e serviços, processos e métodos organizacionais nas operações da Companhia;
- a ética, a integridade e a responsabilidade na forma de atuar, respeitando os princípios e melhores práticas da cidadania;

- a atuação com responsabilidade e zelo, baseado em valores sociais, lealdade e respeito mútuo, comprometido com a busca da excelência e o desenvolvimento da Companhia;
- a qualidade na prestação de seus serviços.

Com essa visão, a Companhia segue a missão de promover o combate ao déficit habitacional de interesse social no Estado de São Paulo, garantindo o atendimento às demandas prioritárias locais e regionais, considerando suas especificidades; contribuir para a redução da inadequação habitacional, diretamente e por meio da mobilização de demais órgãos de governo e atores sociais do Estado de São Paulo; garantir o atendimento habitacional às famílias de baixa renda com soluções dignas que promovam a sua qualidade de vida; promover a inclusão social e a cidadania, por meio da provisão de novas moradias e de ações de recuperação urbana, integradas às políticas sociais locais e regionais no Estado de São Paulo; promover o desenvolvimento local em parceria com a sociedade civil organizada, mediante a implementação de soluções urbanas e habitacionais integradas ao planejamento urbano do município e região; apoiar o desenvolvimento técnico-institucional dos agentes da política de habitação de interesse social e garantir fontes orçamentárias estáveis para financiamento e subsídios, ampliadas com captações de recursos internacionais, federais, privados e de contrapartidas municipais.

Garantia da sustentabilidade, valorização das pessoas em sua diversidade e dignidade, responsabilidade socioambiental, zelo no trato com todos os seres humanos, com os bens materiais e imateriais do sistema, transparência e respeito ao interesse público e todas as partes interessadas. Esses são os Valores que norteiam a CDHU na concretização de sua Missão e Visão de Futuro com seus diversos parceiros.

Governança Corporativa

A CDHU sempre buscou manter boas práticas de governança corporativa e conformidade, prezando pela transparência com todas as suas partes interessadas. A partir da criação da Lei 13.303/16, que estabelece mecanismos para ampliar e aprimorar a transparência e práticas de governança nas empresas estatais, a Companhia passou a tomar as providências necessárias para se adequar às novas exigências, fortalecendo sua estrutura organizacional.

A lei estabelece regras de divulgação de informações, práticas de gestão de risco, exigência de código de conduta, formas de fiscalização pelo Estado e pela sociedade de suas ações, além de definir como devem ser constituídos os conselhos e os requisitos mínimos para nomeação de dirigentes.

Para apoiar esse trabalho de adequação à lei, foram criados internamente grupos de trabalho multidisciplinares. Com isso, a CDHU já adequou seu estatuto (aprovado em Assembleia em 2017) e elegeu o Comitê de Elegibilidade e Aconselhamento, que

assessora o Conselho de Administração com o objetivo de verificar se os indicados aos Conselhos e à Diretoria são aptos à posse do cargo. O Código de Conduta e Integridade já havia sido reformulado e está implantado em 2018. Também estão em fase de desenvolvimento a Área de Conformidade e Gestão de Riscos e as alterações no Regimento das Licitações e Políticas de Transações com Partes Relacionadas e de Divulgação de Informações. [102-18]

Hoje, a governança da CDHU está estruturada por meio de um corpo diretivo do qual fazem parte a presidência e cinco diretorias, além de superintendências e gerências, com funções específicas relacionadas às suas áreas de atuação. Todo o processo de seleção e nomeação para cargos de confiança, incluindo o mais alto órgão de governança, acontece com foco nos requisitos de competência para o exercício das atividades. [102-18, 102-19]

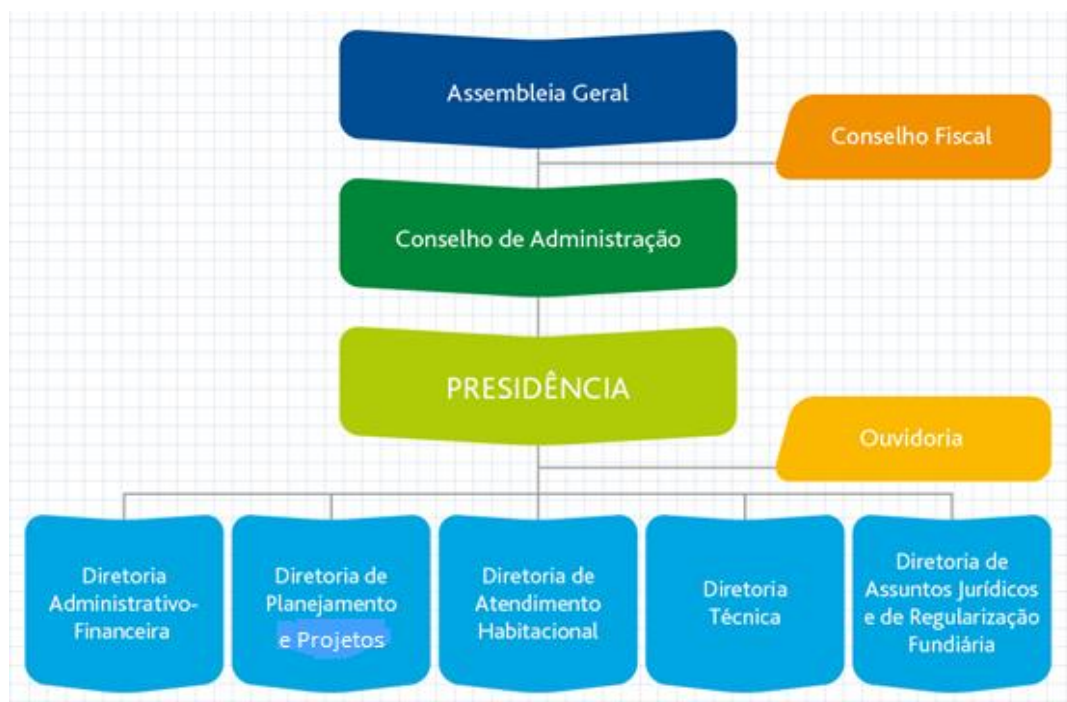
Vale lembrar que o diretor-presidente atua e exerce liderança em debates e discussões sobre as ações da Companhia por meio da participação em comitês e atuação diretamente com os responsáveis pelo atendimento habitacional do Estado de São Paulo. [102-20, 102-27]

Cabe à Assembleia Geral eleger o Conselho de Administração e designar o seu presidente, não podendo a escolha recair sobre diretor-presidente da Companhia que também tenha sido eleito conselheiro. A assembleia é presidida preferencialmente pelo presidente do Conselho de Administração, reunindo-se anualmente e extraordinariamente quando necessário. [102-24]

A remuneração dos membros da alta direção da Companhia, assim como dos executivos seniores da empresa é fixa, definida pelo Conselho de Defesa dos Capitais do Estado (CODEC). [102-35]

A Companhia mantém um modelo de autoavaliação de desempenho do mais alto órgão de governança, papel exercido pelo Diretor Presidente da Companhia. Com o objetivo central de rever e analisar sua contribuição para alcançar os resultados esperados, o executivo avalia sua atuação em cinco macrotemas, a cada dois anos: estratégia, liderança, gestão de pessoas, indicadores de resultado e relacionamento com públicos externos. O resultado da última autoavaliação, realizada em 2016, foi apreciado e referendado na reunião do Conselho de Administração do final do exercício. [102-28]

ESTRUTURA DE GOVERNANÇA DA CDHU [102-18]



Cada nível de atuação tem suas atribuições específicas dentro da Companhia:
[102-22, 102-23]

Assembleia Geral	Responsável por eleger o Conselho de Administração, fixar o número total de cargos dentro do limite máximo previsto no estatuto e designar seu presidente.
Conselho de Administração	Tem a responsabilidade de aprovar o Planejamento Estratégico com as diretrizes de ação, metas, resultados e índices de avaliação de desempenho. Também aprova orçamentos, programas anuais e plurianuais, acompanha a execução dos planos, programas, projetos e orçamentos, além de definir objetivos e prioridades de políticas públicas compatíveis com a área de atuação da Companhia e o seu objeto social. O Conselho é composto por no mínimo três e no máximo 11 membros eleitos pela Assembleia Geral, com mandato de dois anos a contar da data da eleição, com reeleição permitida por três reconduções consecutivas. O diretor-presidente da Companhia pode fazer parte do Conselho (mediante eleição da Assembleia Geral), mas não pode presidi-lo caso tenha sido eleito conselheiro.
Conselho Fiscal	Composto por no mínimo três e no máximo cinco membros efetivos e igual número de suplentes, eleitos anualmente pela Assembleia Geral ordinária. De funcionamento permanente o Conselho, além das atribuições previstas em Lei, manifesta-se sobre a proposta de escolha ou destituição dos auditores independentes (antes da sua submissão ao Conselho de

	Administração) e acompanha os trabalhos realizados por esses auditores.
Presidência	Atua estrategicamente, tendo como prioridade promover a estruturação executiva da Companhia e designar ou destituir pessoas para as funções de confiança nos cargos executivos. Toda e qualquer alteração na estrutura organizacional ou funcional da CDHU é formalizada e oficializada pelo diretor-presidente.
Diretorias	<p>Atuam de forma estratégica e representam a mais alta instância decisória e de planejamento em conjunto com a presidência. Entre suas atribuições básicas estão a formulação de políticas e diretrizes, avaliações sistemáticas das necessidades ou tendências sob sua gestão e gerenciamento das atividades de sua área. A Diretoria se reúne ordinariamente pelo menos duas vezes ao mês (além de convocações extraordinárias por convocação do diretor-presidente ou outros diretores) e é composta por seis membros, entre eles o diretor-presidente, todos com mandato unificado de dois anos, permitida a reeleição:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Diretoria Administrativo-Financeira: administra os recursos financeiros da Companhia, os compromissos, as despesas e os contratos de empréstimos. • Diretoria de Planejamento e Projetos: desenvolve, em conjunto com as demais diretorias, a visão estratégica da CDHU para a execução do planejamento empresarial, por meio da gestão integrada de processos. • Diretoria de Atendimento Habitacional: gerencia e planeja atividades relativas ao sorteio e entrega de unidades habitacionais, programando e promovendo a participação e a realização dos eventos para tais atos. Também realiza a articulação com os órgãos governamentais envolvidos, coordenando os trabalhos de organização social, condominial, sustentabilidade socioeconômica e ambiental com a população a ser atendida pelos empreendimentos. • Diretoria Técnica: propõe e implanta políticas e diretrizes gerais e de produção para o desenvolvimento e melhoria dos projetos, dirigindo os trabalhos voltados ao planejamento e controle das obras em execução para assegurar os padrões estabelecidos em contratos e projetos. • Diretoria de Assuntos Jurídicos e de Regularização Fundiária: promove, em conjunto com as demais diretorias, ações educativas e preventivas de conflitos, além da defesa jurídica, judicial e extrajudicial da CDHU. Responsável pela elaboração de pareceres e prestação de consultorias técnico-jurídica aos demais órgãos da Companhia.

Além dos diretores executivos e demais membros de sua estrutura de governança, a CDHU também conta com o apoio técnico de Comitês e Grupos de Trabalho devidamente constituídos e designados por atos do presidente. Entre eles estão o Comitê de Orçamento, que elabora propostas de priorização de investimentos e despesas, o Comitê de Acompanhamento e Entrega de Unidades Habitacionais, que organiza as informações pertinentes às entregas dos empreendimentos e o Comitê de Inovação e Sustentabilidade.

TRANSPARÊNCIA E ÉTICA

Com base em diretrizes legais e estatutárias, a Área de Conformidade, Gestão de Riscos e de Controle Interno começou a ser implantada em maio de 2017, quando foi atualizado o Estatuto Social da Companhia. A nova área, ainda em desenvolvimento, é vinculada ao Diretor-Presidente e deverá ser liderada por diretor estatutário indicado pelo Conselho de Administração. A equipe vai assumir a responsabilidade pela divulgação do Código de Conduta e Integridade, além de implantar canal institucional, que poderá ser externo à empresa, para recebimento de denúncias sobre práticas de corrupção, fraude, atos ilícitos e irregularidades que prejudiquem o patrimônio e a reputação da Companhia, incluindo as infrações ao Código de Conduta e Integridade. Esse trabalho dará continuidade aos mecanismos de controle e conformidade da Companhia, a serem desenvolvidos pela Superintendência de Controladoria Geral, que está em processo de implantação e conta com a Gerência de Monitoramento de Resultados e Normatização instalada e a Gerência de Auditoria Interna e Compliance prevista.

Quando há ocorrência de casos críticos de conformidade, eles são apresentados às gerências das áreas e, se necessário, levados para a alta direção. Todas as manifestações são registradas e acompanhadas pela Ouvidoria da empresa, e se houver necessidade, o diretor-presidente pode constituir comitê ou grupo de trabalho, ou ainda solicitar a abertura de Sindicância ou um Processo Administrativo Disciplinar para resolver o caso. [102-31]

As preocupações críticas em 2017 reportadas ao Diretor-Presidente estavam relacionadas com a gestão financeira e orçamentária da Companhia, licitação, contratação, gestão de contratos e gestão de pessoas. [102-32]

COMBATE À CORRUPÇÃO

Atenta e comprometida com o combate a qualquer atividade de corrupção, a CDHU mantém diretrizes formais de prevenção e monitoramento de casos relacionados ao seu negócio. Portanto, a Companhia possui canais para recebimento de denúncias (Ouvidoria) e toda manifestação é investigada com instauração, quando necessário, de comissão de sindicância, que apura a veracidade e a propriedade da denúncia, indicando responsáveis e eventuais prejuízos.

Em relação a contratos considerados irregulares pelo Tribunal de Contas do Estado, a Companhia dispõe de uma comissão de apuração preliminar e, se for o caso, é constituída posteriormente uma comissão de sindicância, também neste caso responsável por aplicar as devidas penalidades em caso de confirmação dos danos e responsáveis. A comissão também encaminha seus relatórios e documentos para o Tribunal de Contas e o Ministério Público. Durante o ano de 2017 não houve nenhuma sindicância aberta sobre o tema.

Eventuais casos de conflito de interesses são levados diretamente ao diretor-presidente pelos diretores das áreas supostamente envolvidas e são tratados pela diretoria, podendo ser instaurada averiguação interna. [102-25, 103-2, 103-3, 205-1]

Em 2017, não houve registro de casos relativos a conflitos de interesse ou corrupção na CDHU. [102-34, 205-3]

NOVO CÓDIGO DE CONDUTA E INTEGRIDADE [102-16, 102-17, 102-25]

O Código de Ética da CDHU vem sendo avaliado e atualizado desde 2016, quando foi criado um grupo de trabalho interdisciplinar especialmente para este fim. A partir da nova lei das estatais, foi necessário realizar novas alterações no código em 2017, que agora passará a ter o nome de Código de Conduta e Integridade da CDHU e incluirá ferramentas de controle e de combate à corrupção.

Desenvolvido em 2017 e a ser efetivamente implantado em 2018, o novo instrumento deverá reforçar e refletir de forma clara e direta os princípios e valores da Companhia, constituindo mais um instrumento de gestão empresarial e uma importante ferramenta de trabalho para todos os dirigentes e funcionários, estando disponível no site empresa para qualquer interessado⁴. O material tem base nos princípios e valores da CDHU e suas instruções normativas, nas normas legais vigentes e na Consolidação das Leis do Trabalho. Todos os colaboradores devem seguir tais padrões de conduta, inclusive abster-se de estabelecer qualquer tipo de relação ou atividade que venha interferir em sua posição ou no desempenho na Companhia ou caracterize conflito de interesses.

Para corroborar com a implantação do novo documento, a Companhia terá apoio da Ouvidoria e do SIC, bem como de um novo Canal de Comunicação para Consulta e/ou Denúncia, instalado após aprovação do novo código. Em conjunto, essas ações vão fortalecer ainda mais a Política Anticorrupção da Companhia⁵. Também serão oferecidos treinamentos para a equipe CDHU, sobre as diretrizes do novo código.

Em atendimento às previsões legais, a Companhia deve publicar uma Política que tem por objetivo estabelecer diretrizes para a realização de transações com partes

⁴ Disponível em: <http://www.cdhu.sp.gov.br/download/C%C3%B3digo%20de%20Conduta%20e%20Integridade.pdf>

⁵ Foi considerado, também, o disposto em legislações específicas, tais como na Lei nº 10.294/99, sobre a Proteção e Defesa do Usuário do Serviço Público do Estado; no Decreto Estadual nº 60.428/14, que aprova o Código de Ética da Administração Pública Estadual e na Lei nº 13.303/16, que trata do Estatuto Jurídico da Empresa Pública, da Sociedade de Economia Mista e de suas Subsidiárias.

relacionadas com a CDHU, assegurando que as decisões sejam tomadas sempre no atendimento do melhor interesse da Companhia, consoante as melhores práticas de governança corporativa.

GESTÃO DE RISCOS [102-15, 102-29, 102-30, 102-31]

A avaliação dos Sistemas de Controle Interno da CDHU é realizada por meio de auditoria promovida pela Secretaria da Fazenda, que apresenta as técnicas utilizadas para tanto, as adequações às legislações que regem a Companhia, os procedimentos adotados e os resultados obtidos.

Atualmente, é realizado um mapeamento anual de riscos de forma compartilhada entre diversas áreas, por ocasião da avaliação do plano de negócios, diretamente ligada ao processo de gestão, planejamento e monitoramento da Companhia. Durante a elaboração do Plano Plurianual (PPA), além dos objetivos específicos, produtos e metas da empresa, os fatores de risco que impactam na execução desses objetivos são analisados e definidos.

Estes fatores são utilizados como referência no monitoramento contínuo dos indicadores do PPA, realizado a partir de informações enviadas à Diretoria de Planejamento pelas diretorias executivas envolvidas: Técnica, de Atendimento Habitacional, de Assuntos Jurídicos e Regularização Fundiária.

Além do planejamento estratégico e dos relatórios e indicadores de gestão da sustentabilidade, a CDHU recebe auditoria e controles de órgãos reguladores internos (Secretaria da Fazenda e Secretaria do Planejamento) e externos (Tribunal de Contas e auditores de agentes financeiros). Por isso, elabora relatórios e controles específicos:

- Relatórios de Auditoria do Tribunal de Contas do Estado com recomendações para desenvolvimento de planos de melhoria dos processos da Companhia.
- Elaboração de relatórios mensais de demonstração do resultado de desempenho das atividades da Companhia, submetidos aos Conselhos de Administração e Fiscal e aos Diretores.
- Painel de monitoramento das fontes de recursos e respectivas aplicações, com base em dados da Diretoria Administrativa-Financeira, que faz o acompanhamento direto com base no plano de contas da Companhia e destaque para as principais variações do mês selecionado, além de demonstrativo gráfico da evolução mensal e apontamento dos principais desvios, elaborado, debatido e acompanhado no âmbito do Comitê de Orçamento e respectivos grupos de trabalho.

Para gerir os riscos financeiros, considerando que os recursos destinados às operações da CDHU são provenientes das dotações orçamentárias do Estado (aprovadas anualmente em Lei) e que seu público-alvo é composto pela população de baixa renda, a Companhia sempre está atenta a cenários de recessão e de elevação dos índices inflacionários, elementos que podem afetar diretamente o modelo de negócio da Companhia, seja pela redução das receitas do Estado, redução das dotações

orçamentárias destinadas às operações da CDHU ou aumento da inadimplência devido à perda de renda dos mutuários, bem como à evolução e perfil da carteira de mutuários.

Outro risco refere-se às invasões de áreas públicas e privadas e de áreas adquiridas pela CDHU, que impactam o planejamento habitacional e urbano do Estado. Há casos de invasão de unidades habitacionais em obras (ou já entregues), o que acarreta prejuízos com necessidade de reformas para recomposição da habitabilidade para destinação ao beneficiário.

A Companhia também busca minimizar, na esfera de sua responsabilidade de atuação, os riscos relacionados aos programas habitacionais, buscando aprimorar a regulamentação operacional, e prever o estabelecimento de novos procedimentos para execução das ações da CDHU. Além disso tem se esforçado para promover a integração intersetorial e/ou intergovernamental e envidado esforços no que lhe seja possível para colaborar na superação de lacunas ou restrições da legislação e nos procedimentos jurídicos, bem como para superar as situações em que há descontinuidade da liberação de recursos do Estado ou seu contingenciamento.

Além disso, todos os anos, o Estado de São Paulo tem enfrentado situações de necessidade de atendimentos em função de situações de emergência e/ou calamidade pública devido à ocupação desordenada do solo, sofrendo influências das variações decorrentes, entre outros, das mudanças climáticas. Por isso, pode haver o aumento de investimento financeiro pela Secretaria da Habitação, caso seja acionada pelos municípios, que solicitam apoio no pagamento de Auxílios Moradia Provisórios e no Atendimento Habitacional Definitivo para as famílias afetadas.

No âmbito da habitação sustentável e recuperação ambiental na Serra do Mar e Litoral Paulista, os fatores de risco são definidos pela Secretaria do Meio Ambiente. E em relação ao saneamento ambiental em mananciais de interesse regional, o principal risco é a descontinuidade no fluxo de recursos financeiros e na disponibilidade de recursos humanos, além das invasões de terrenos e empreendimentos nesses territórios que enfrentam tantas pressões de ocupação.

Com o objetivo de minimizar riscos relacionados à segurança da informação, a CDHU conta com uma rede de alta disponibilidade, desempenho e segurança. São utilizados diversos mecanismos para garantir as melhores práticas de segurança da informação e também foi criado um Comitê de Gestão de Mudanças, que se reúne semanalmente para analisar e aprovar as demandas e soluções da área. [103-2, 103-3, 418-1]

	Fator de Risco	Detalhamento	Gravidade
Provisão de moradias, urbanização de favelas e assentamentos precários e requalificação	Administrativo	Deficiências na regulamentação operacional e no estabelecimento de procedimentos adequados à execução das ações em todas as suas dimensões.	Média
	Institucional	Deficiências na integração intersetorial e/ou intergovernamental	Média

habitacional e urbana e inclusão social		com relação a condicionantes ou meios para viabilização das ações.	
	Judicial/Legal	Lacunas ou restrições da legislação e de procedimentos jurídicos ou de sua aplicação para realização das intervenções e/ou intercorrências durante sua execução.	Alta
	Orçamentário	Descontinuidade da liberação de recursos, ou contingenciamento	Alta
Regularização fundiária de interesse habitacional	Administrativo	Deficiências na regulamentação operacional e no estabelecimento de procedimentos adequados à execução das ações em todas as suas dimensões.	Alta
	Institucional	Deficiências na integração intersetorial e/ou intergovernamental com relação a condicionantes ou meios para viabilização das ações.	Alta
	Judicial/Legal	Lacunas ou restrições da legislação e de procedimentos jurídicos ou de sua aplicação para realização das intervenções e/ou intercorrências durante sua execução.	Alta
	Orçamentário	Descontinuidade da liberação de recursos, ou contingenciamento	Alta
Saneamento ambiental em mananciais de interesse regional	Administrativo	Descontinuidade no fluxo de recursos financeiros e na disponibilidade de recursos humanos.	Baixa

GESTÃO E RESULTADOS

De acordo com a metodologia <IR>, os capitais são estoques de valor que aumentam, diminuem ou se transformam por meio de atividades e produtos da organização. A partir desse conceito, considera-se que a capacidade de uma organização para criar valor para si permite o retorno financeiro para seus acionistas e está inter-relacionada com o valor criado para as partes interessadas e a sociedade em geral por meio de uma ampla gama de atividades, interações e relacionamentos. Ou seja, a capacidade de criação de valor de uma empresa para si própria está diretamente ligada ao valor que ela cria para os outros.

A CDHU trabalha de acordo com essas premissas e, por isso, compartilha e relata a seguir as informações sobre sua gestão e seus resultados, de acordo com os capitais relevantes para seus stakeholders.

CAPITAL FINANCEIRO

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

O planejamento estratégico da CDHU prepara a empresa para os desafios da próxima década e tem como referência as diretrizes do Plano Estadual de Habitação (PEH-SP) 2011-2023. Anualmente a empresa reavalia sua posição no mercado, considerando as principais interferências internas e externas, além dos principais pontos críticos de pressão. Isso permite que sejam identificadas as prováveis tendências de mudança, aumentando o poder de previsibilidade e controle sobre os elementos externos, além do desenvolvimento de mecanismos de gestão mais robustos.

Como parte integrante e essencial desse trabalho, foi realizado ao final dos exercícios de 2016 e 2017 o Plano de Negócios da CDHU, com atualização da estratégia de médio e longo prazo, tendo como base a análise de riscos e oportunidades para os próximos cinco anos – Estratégia de Longo Prazo⁶. [102-12]

O plano consolida o planejamento gerencial com foco estratégico, reitera a ênfase no monitoramento e avaliação orçamentária, a visão da carteira da CDHU como ativo fundamental, a importância da continuidade dos esforços para redução da inadimplência, captação de recursos, venda de ativos ociosos e o recebimento de valores referentes a ações judiciais, além de iniciativas voltadas ao aprimoramento da política de reassentamento habitacional, de atendimento e de subsídios.

No processo contínuo de desenvolvimento, também foram criados Grupos de Trabalho com objetivos específicos para aprimorar ações relativas à gestão operacional e à captação de recursos da Companhia. Nas reuniões de balanço, sempre coordenadas pela Presidência e com a participação de representantes de todas as diretorias envolvidas, são apresentadas as deliberações técnicas e apontadas ações a serem tomadas. A partir dos resultados obtidos nas ações mensais, são observados os cenários futuros para atuação e/ou adequação de rumos. [102-21]

Um breve histórico:

O Planejamento Estratégico da CDHU teve início em 2012, com a instituição, pelo então Presidente da Companhia, de um Grupo Executivo responsável por gerenciar o desenvolvimento do Plano Diretor Estratégico. A coordenação-geral deste grupo ficou a cargo da Chefia de Gabinete (diretamente ligada à Presidência) e a coordenação técnica contou com representantes de todas as Diretorias. Em 2013, o Presidente instituiu um Grupo Técnico de Apoio, também com representantes de todas as Diretorias e com o apoio de consultoria especializada para dar continuidade aos trabalhos a partir dos resultados apresentados pelo Grupo Executivo. O resultado dos trabalhos foi apresentado às Diretorias e ao Conselho de Administração em 2014.

⁶ Tais iniciativas atendem aos requisitos de governança estabelecidos pela Lei Federal 13.303/16.

DESEMPENHO ECONÔMICO

A CDHU tem como principal fonte de recursos o aporte de capital do Tesouro do Estado, por meio de subscrição de ações vinculada à execução de seu programa de investimentos. A empresa possui um painel de monitoramento das fontes de recursos e respectivas aplicações que permite acompanhar a execução financeira, com base no plano de contas da Companhia, e destaca as principais variações do mês selecionado, bem como um demonstrativo gráfico da evolução mensal e apontamentos dos principais desvios, debatido e acompanhado pelo Comitê de Orçamento e respectivos grupos de trabalho. [103-2, 103-3, 201-4]

Recursos financeiros públicos	R\$ (Mil)
Governo estadual (aporte de capital)	611.250
Orçamentários da Secretaria Estadual de Habitação (total)	142.589
<i>BID por meio da SH</i>	<i>62.417</i>
<i>Governo Federal (PAC/FNHIS) – por meio da SH</i>	<i>2.505</i>
<i>AME – Auxílio Moradia Emergencial</i>	<i>11.424</i>
<i>AMP – Auxílio Moradia Provisório</i>	<i>51.610</i>
<i>Programa Cidade Legal</i>	<i>14.633</i>
Orçamentários de outros órgãos estaduais (DERSA/DAEE)	71.385
TOTAL	825.224

Fonte: Fluxo de Caixa 2017 - Gerência de Orçamento e Custos.

A CDHU aplica recursos públicos para fins sociais, investindo grande parte de sua receita no desenvolvimento de projetos habitacionais que beneficiam famílias e comunidades de baixa renda ou em situação de risco, seguindo as diretrizes do Governo do Estado de São Paulo no que diz respeito às políticas para viabilizar formas de atendimento habitacional.

Além da construção de moradias, a Companhia também promove importantes ações de desenvolvimento urbano e atua na regularização fundiária de empreendimentos e recuperação ambiental de diversas áreas.

Como uma entidade de economia mista, a CDHU trabalha com recursos provenientes de sua carteira de mutuários e aportes do seu acionista majoritário, a Fazenda Pública do Estado de São Paulo. Mediante aportes de capital ou por intermédio de financiamentos bancários, a Companhia tem por finalidade executar programas habitacionais em todo o território do Estado, voltados para o atendimento da população de baixa renda; intervir no desenvolvimento urbano das cidades, de acordo com as diretrizes da Secretaria da Habitação e acompanhar, fiscalizar e controlar o cumprimento de obrigações contratuais pelos adquirentes de lotes e habitações financiadas pela Companhia. Dessa forma, os prejuízos verificados no exercício são em grande parte decorrentes da diretriz de atendimento da Política Habitacional do Estado

de São Paulo - conceder subsídios às famílias com baixa renda familiar, beneficiárias do atendimento habitacional realizado pela Companhia. [103-2, 103-3, 201-1, 201-4]

Valor Econômico Gerado e Distribuído (em mil Reais)

I) Valor Econômico Direto Gerado (EVG)	1.012.648
a) Receitas	1.012.648
II) Valor Econômico Distribuído (EVD)	-1.154.280
a) Custos operacionais	-429.260
b) Salários e Benefícios de Empregados	-153.277
c) Pagamentos para provedores de capital	-20.468
d) Pagamentos ao governo	-10.311
e) Investimentos na Comunidade	-26.723
f) Outros	-514.241
II) Valor Econômico Retido (valor econômico direto gerado menos valor econômico distribuído)	-141.632

Fonte: Demonstração Financeira 31/12/2017 - Gerência de Contabilidade.

CAPITAL MANUFATURADO

INVESTIMENTO EM INFRAESTRUTURA

Além da construção das unidades habitacionais, a CDHU também realiza significativos aportes financeiros em infraestrutura urbana, como redes de água e esgoto, redes elétricas, drenagem, pavimentação, muros de arrimo, fechamentos e cercamentos, paisagismo, redes de gás e telefonia. Dentre os impactos indiretos da instalação de novas unidades habitacionais estão a destinação de áreas para a construção e melhoria de escolas, postos de saúde, sistema de segurança e transporte público nas comunidades.

A implantação de toda essa infraestrutura é fundamental para a melhoria da qualidade de vida e beneficia toda a população do entorno dos conjuntos habitacionais, além de movimentar a economia e incentivar o desenvolvimento local. Os impactos econômicos positivos são visíveis na geração de empregos diretos e indiretos na cadeia da construção civil, na recuperação de assentamentos precários e na melhoria das condições urbanas e de moradia. [103-2, 103-3, 203-1, 203-2]

Assim, a CDHU continua direcionando seus investimentos para diminuir o déficit habitacional e está sempre atenta à gestão financeira, buscando compartilhar a responsabilidade com os municípios. Neste sentido, a empresa prioriza investimentos que geram retorno, com custos que podem ser repassados aos mutuários, e divide com

as prefeituras municipais e concessionárias de serviços públicos a execução de parte da infraestrutura dos empreendimentos habitacionais. Investimentos para regularização e manutenção das unidades também são compartilhados com as prefeituras através de convênios.

Nas obras de urbanização de favelas a implantação de infraestrutura e recuperação urbana e ambiental constituem a própria essência e objeto das intervenções, com benefícios às famílias moradoras nesses assentamentos e à cidade como um todo.

Vale ressaltar que no período de 2007 a 2010, os gastos da CDHU com infraestrutura pública ficaram na faixa de R\$ 511 milhões, enquanto no período de 2011 a 2015 somaram R\$ 535 milhões. Já no período 2015, 2016 e 2017, os gastos registrados nesta área foram de R\$ 124 milhões.

Hoje, os investimentos em infraestrutura chegam a 25,5% do custo total do empreendimento, incluindo também os custos necessários à regularização e manutenção, efetuados através de convênios com as Prefeituras Municipais. Considerando o investimento total previsto de R\$ 810 milhões para obras em andamento no orçamento 2018, teremos R\$ 207 milhões em investimentos de infraestrutura, regularização e manutenção. Desses R\$ 207 milhões, aproximadamente R\$ 86 milhões serão gastos em contratos específicos para obras e serviços de infraestrutura e paisagismo.

Só em 2017, o total de investimentos em infraestrutura e serviços foi de R\$ 42 milhões, dos quais R\$ 5 milhões foram direcionados a ações de compensação ambiental. [203-1]

Investimentos em infraestrutura e serviços em 2017	
Ligados à compensação ambiental	R\$ 4.966.288,00
Demais situações	R\$ 37.037.783,00
Total	R\$ 42.004.071,00

IMPACTOS INDIRETOS

Os impactos econômicos indiretos da ação da CDHU são resultado da aplicação de significativos recursos na produção de habitação de interesse social, com repercussão no Estado de São Paulo e, em particular, nos municípios de atuação. Além dos impactos dos investimentos em habitação na economia do Estado, gerando significativo aumento de atividade econômica, a melhoria das condições urbanas e de moradia amplia os efeitos sociais de outras políticas públicas. Destaca-se também o volume de subsídios transferidos às famílias, aumentando sua renda disponível para o consumo e garantindo o acesso à moradia digna e acessível. Os subsídios se realizam na forma de descontos nas prestações para o financiamento de imóveis, ou na forma de auxílio moradia para famílias que têm que ser removidas de suas moradias originais, no período em que aguardam uma solução de moradia definitiva promovida pela CDHU.

Em 2017, foram beneficiadas 143.611 famílias, das quais 131.884 tiveram subsídio na forma de desconto na prestação do imóvel, e 11.727 receberam auxílio moradia temporário, somando, ao todo, R\$ 394.443.543,79 de recursos investidos. Vale ressaltar que, em relação a 2016, houve pouca flutuação no total de beneficiados e nos valores aplicados.

Como impacto econômico positivo derivado da combinação de atendimentos habitacionais com investimentos de outros setores e dos municípios, ampliando o alcance social das políticas implantadas pelos órgãos parceiros, foram viabilizadas em 2017 um total de 8.846 unidades habitacionais (considerando aquelas em obras e entregues), das quais 8.035 são empreendimentos da própria CDHU ou em parceria com prefeituras, e 811 são realizadas por meio de convênios com órgãos setoriais. Os atendimentos destinaram-se ao reassentamento habitacional de famílias que tiveram que ser removidas em função de obras de urbanização em assentamentos precários, e de ações de equacionamento de ocupações em situação de risco.

Ações de reassentamento					
Realizadas:		Unidades em obras	Unidades entregues	Cartas de crédito	Total
Diretamente pela CDHU ou em parceria com prefeituras.		7.143	859	33	8.035
Por meio de convênios com órgãos setoriais	<i>Mobilidade</i>	383	330	78	791
	<i>Saneamento</i>	20	0	0	20
	Subtotal	403	330	78	811
TOTAL		7.546	1.189	111	8.846

As ações que envolvem o deslocamento de população de modo involuntário, associadas geralmente às políticas de mobilidade e saneamento, poderiam ter impacto negativo se não previssem a recomposição das condições de vida da população afetada no novo local de moradia. Tais aspectos, no entanto, são levados em conta no planejamento geral dessas ações com a participação da CDHU, a exemplo da escolha de locais próximos à intervenção para a construção de empreendimentos destinados às famílias reassentadas, dentre outros detalhes que compõem os regulamentos das agências multilaterais de financiamento de obras públicas, e de normativas da Secretaria da Habitação.

Desse modo, ações de reassentamento habitacional não constituem impactos econômicos indiretos de caráter negativo. Pelo contrário, são questões que se impõem diante dos desafios da promoção do desenvolvimento habitacional e urbano das cidades, e requerem planejamento para que as novas condições de vida da população deslocada sejam melhores que as anteriores, seja em infraestrutura de saneamento ou gestão e insalubridade dos domicílios, etc. [203-2]

Além disso, é possível observar os impactos econômicos positivos obtidos com os investimentos em construção civil. Considerando o investimento de R\$ 1,01 bilhão realizado pela CDHU no exercício de 2017 em ações habitacionais, foram alavancados R\$ 3,30 bilhões na economia paulista e regional, promovendo 650,12 mil meses de

trabalho adicionais na economia como um todo. Quanto à arrecadação do ICMS, o impacto dos investimentos é da ordem de R\$ 113,21 milhões, considerando que para cada R\$ 1 milhão investido, há um aumento de arrecadação de ICMS de R\$ 111,80 mil, ou 11,18% do montante inicialmente investido.

Os dados acima consideram que para o setor “casa popular”, com cada R\$ 1 milhão investido, há um aumento de produção na economia como um todo de R\$ 3,27 milhões (gerador total de produção igual a 3,2667). Vale notar que o setor apresenta melhor efeito gerador que o setor da construção civil em geral, que é de 3,2162. Já o efeito direto de aumento de emprego no próprio setor corresponde a 242 meses de trabalho adicionais para cada R\$ 1 milhão aplicados, pela maior aplicação de mão de obra versus insumos. Acrescente-se no efeito direto 81 meses adicionais de trabalho nos setores fornecedores de insumos.

Para tanto, foi utilizado o referencial analítico elaborado pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (FIPE) 7 para a Secretaria da Habitação, e apresentado no relatório “Efeitos dos investimentos em habitação popular sobre a economia e a arrecadação de impostos”, de 2014. Esse referencial considera o efeito multiplicativo de recursos de um dado setor da economia por meio do modelo de insumo-produto (MIP), que permite a identificação da interdependência das atividades produtivas no que concerne aos insumos e produtos utilizados e decorrentes do processo de produção.

Para tornar os resultados mais aderentes ao contexto de atuação da SH, a FIPE definiu seis tipos específicos de investimento em habitação, de forma a avaliar com mais propriedade os impactos dos investimentos públicos em habitação pelo Governo do Estado. São eles: casa popular, apartamento de dois dormitórios com elevador, apartamento de dois dormitórios sem elevador, conjunto de casas, prédio com elevador, prédio sem elevador e construção civil em geral.

Considerando os efeitos induzidos, pela renda gerada nas atividades diretas e indiretas, são 319 novos meses adicionais de trabalho. Em consequência, o efeito final do investimento é a geração de 642 meses adicionais de trabalho na economia como um todo.

CADEIA DE SUPRIMENTOS

Todos os fornecedores da CDHU são contratados por meio de licitações, de acordo com a Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, podendo participar empresas brasileiras (consideradas fornecedores locais), independentemente da sua localização, com a obrigatoriedade de seguir as cláusulas referentes aos direitos humanos praticadas pela Companhia. Assim, com foco na melhor proposta, visando atingir o interesse público, a Companhia não realiza tratamento diferenciado e não faz qualquer espécie de restrição

7 O BNDES construiu metodologia específica para o cálculo de empregos diretos e indiretos (postos de trabalhos criados nos setores que produzem matérias-primas, insumos e outros componentes) gerados pela construção civil, para cada R\$ 10 milhões aplicados. Nas edições anteriores do GRI, a CDHU aplicou os coeficientes definidos para o ano de 2008. Entretanto, diante da indisponibilidade de valores atualizados da relação entre recursos investidos e empregos gerados, não será possível o cálculo de empregos referente ao ano de 2017 com base na metodologia do BNDES, por isso foram utilizadas as referências da FIPE.

à participação de fornecedores em licitações para aquisição de bens e serviços. [103-2, 103-3, 204-1]

Mesmo não identificando operações e fornecedores que apresentem riscos significativos de ocorrência de trabalho forçado ou análogo ao escravo, a Companhia insere cláusulas relacionadas ao tema em todos os contratos de execução de obras e serviços de engenharia, atestando assim sua atuação responsável na cadeia produtiva. [409-1]

Em 2017 foram firmados 110 novos contratos com fornecedores, que incluíram cláusulas impedindo o trabalho infantil, a prestação de serviço em desacordo com as normas relativas à segurança e à medicina do trabalho, as práticas discriminatórias que visam impedir admissão ou permanência da mulher ou homem no emprego, as práticas que bloqueiam o exercício do direito à maternidade e o preconceito de qualquer natureza (raça, cor, sexo ou estado civil). Na CDHU cada área é responsável pela gestão de seus fornecedores. [103-2, 103-3, 408-1, 409-1, 412-3]

Ainda nesta linha, as empresas com débitos inadimplentes perante a Justiça do Trabalho não podem prestar serviços ou fornecer materiais para a Companhia. Por meio de contratos, os fornecedores são obrigados a cumprir esta exigência.

A cadeia de fornecedores da empresa é diferenciada para três conjuntos de atividades:

1. Fornecedores com atividades diretamente relacionadas ao planejamento e à execução de obras de urbanização ou de unidades habitacionais e outras obras e serviços complementares. Projetistas, empreiteiras, fiscalizadoras e gerenciadoras, além de empresas especializadas na elaboração de diagnósticos, laudos técnicos e sistemas de monitoramento físico e financeiro fazem parte deste grupo. Ao longo do ano foram firmados com estes fornecedores 52% dos contratos, correspondente a 70% do valor total dos instrumentos vigentes.
2. Fornecedores diretamente ligados à gestão do atendimento habitacional, responsáveis pelo planejamento e acompanhamento técnico-social das famílias em todas as etapas de execução das obras, oferecendo organização e gestão do condomínio, realização de mudanças e prestação de serviços bancários necessários ao pagamento de benefícios assistenciais. Representam 2% do total de contratos e 5% do valor contratado nos instrumentos vigentes.
3. Fornecedores para execução dos diferentes programas de atendimento habitacional da Companhia, incluindo fornecedores de material de escritório e outros insumos, locação de imóveis para fins administrativos, serviços de limpeza, manutenção e segurança das instalações administrativas e gestão de benefícios dos colaboradores (assistência médica e odontológica, seguro de vida, vale transporte etc.), entre outros. Este grupo de fornecedores engloba 46% dos instrumentos vigentes, o que representa apenas 25% do total.

No âmbito das obras e serviços de engenharia em andamento em 2017, movimentando recursos da ordem de R\$ 1 bilhão ao ano, a CDHU administrou 196 contratos de parceria com Prefeituras do Estado e teve, como principais fornecedores: [102-9]

6 Empresas Gerenciadoras
1 Empresa de Consultoria
3 Empresas de Topografia
73 Empreiteiras de Obras
6 Empresas Fiscalizadoras
8 Projetistas
6 Laboratórios de Controle

[102-9]

Número de contratos novos no ano de 2017 ⁸	110
Número de contratos firmados antes do ano de 2017 que ainda estão em vigência	291
Valor total dos contratos firmados em 2017	R\$ 280.793.637,27
Valor total dos contratos firmados antes do ano de 2017, mas que ainda estão em vigência	R\$ 1.863.354.191,39

CAPITAL INTELECTUAL

HABITAÇÃO DE QUALIDADE [416-1]

Para fomentar inovação, qualidade em produtos e serviços, produção de conhecimento e eficiência no atendimento ao cliente, a CDHU desenvolve constantemente ferramentas para atender a estas diretrizes, de modo a aperfeiçoar cada vez mais suas operações e projetos.

Com preocupação constante no que se refere à qualidade de seus empreendimentos, a CDHU investe em projetos inovadores que tragam benefícios para os moradores, para o meio ambiente e, portanto, para a sociedade como um todo. Como exemplo de tais iniciativas, podemos citar o uso de aquecedores solares e, recentemente, de placas fotovoltaicas para geração de energia em unidades habitacionais, conforme descrito no item Capital Natural.

Além disso, a Companhia atende às normas brasileiras e aos acordos setoriais por meio do Programa Qualihab, cujo objetivo é melhorar a qualidade das habitações do Estado de São Paulo. Isso se dá através dos Programas Setoriais de Qualidade (PSQ), que são processos de qualificação de sistemas e produtos, auditados por empresas independentes. Além de realizar discussões técnicas e promover projetos e serviços tecnológicos nas áreas de controle, homologação e certificação de materiais,

8 Na relação de contratos assinados a data de vigência contratual foi ajustada manualmente considerando o relatório de aditivos destes contratos. Os contratos também foram classificados em relação ao conjunto de atividades (obras, gestão do atendimento habitacional e atividade meio) considerando a descrição do objeto contratado. Os dados relatados, inclusive os de medição, foram consolidados a partir desta relação de contratos assinados com as correspondentes atualizações e classificações. Não inclui contratos de parceria com Prefeituras.

componentes e sistemas construtivos alternativos, o programa tem inserido conceitos e critérios socioambientais em sua definição de qualidade.

Através de avaliações periódicas dos materiais utilizados nas obras, a Companhia também garante a qualidade de suas entregas, de forma contínua e responsável, promovendo segurança e saúde para os trabalhadores e moradores. Em caso de indícios de irregularidade, a Companhia contrata empresas conceituadas para a devida averiguação.

Para cumprir as normas do setor, a CDHU – fiscalizada pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia e pelo Conselho de Arquitetura e Urbanismo – realiza todas as atividades, desde a prospecção de terrenos até a finalização da construção de unidades habitacionais, com a participação de profissionais especializados em Engenharia e Arquitetura, que atestam a qualidade e segurança dos empreendimentos. [103-2, 103-3, 416-1]

Habitação para públicos específicos

Atenta à diversidade da população do Estado em que atua, a CDHU procura oferecer opções de habitação para públicos específicos, com projetos específicos para atender às suas necessidades. É o caso dos empreendimentos voltados a idosos, pessoas com deficiência, população indígena e comunidades quilombolas.

ORIENTAÇÕES NOS CONJUNTOS HABITACIONAIS [417-1]

Como parte de sua preocupação com a qualidade e o sucesso de seus empreendimentos, a CDHU entende que é necessário proporcionar uma adaptação rápida e tranquila para os novos moradores dos conjuntos habitacionais, promovendo também o bem-estar social. Assim, a CDHU avalia a satisfação dos mutuários no início e no término do seu trabalho nos conjuntos habitacionais com as famílias.

O novo modelo de atuação da área compreende que o trabalho técnico social a ser desenvolvido junto aos Conjuntos Habitacionais da CDHU não pode deixar de atender seu papel fundamental enquanto formador e promotor de uma verdadeira consciência cidadã. Portanto, o caráter formativo passa a ser eixo estruturante desse processo, sem o qual se entende não ser possível alcançar de fato os objetivos propostos pelo Trabalho Técnico Social, consolidando a noção de pertencimento da população.

Como estratégia metodológica para esse trabalho de formação com os mutuários, foram produzidos materiais impressos e também vídeos, utilizados nas oficinas desenvolvidas pelos técnicos da CDHU. Esses produtos também servem como material de apoio e consulta sempre que necessário. Com eles, a avaliação ganhou novos instrumentais de pesquisa. São cinco Cadernos, 15 vídeos e dez spots: [103-2, 103-3, 417-1]

Materiais entregues na pós ocupação
Caderno do Morador 1 – Manual do Proprietário
Informações técnicas sobre o Empreendimento e a Unidade Habitacional
Caderno do Morador 2 – Conhecendo a Moradia
Contrato
Orientações sobre: energia elétrica, água, lixo, gás, conservação, limpeza e manutenção
Relações de vizinhança
Caderno do Morador 3 – Habitação e Cidadania
Cidadania, Políticas Públicas e Habitação
As Moradias e a Cidade
Cidadania Ambiental
Trabalho
Políticas Públicas e Qualidade de Vida (Educação, saúde e cultura)
O papel dos Jovens e das Crianças
Caderno do Corpo Diretivo – Gestão Condominial
O que é condomínio?
Instalação e documentação do condomínio
Organização/Funcionamento do condomínio
Gestão Financeira
Manutenção das áreas e equipamentos do condomínio
Segurança no condomínio
Gestão de pessoas e serviços no condomínio
Comunicação como ferramenta de gestão
Caderno do Formador
Orientações Gerais (Metodologia do Trabalho Técnico Social, conteúdos, utilização dos vídeos etc.)
Oficinas

Vídeos
A planta do seu imóvel
Aqui é o meu lugar
Tudo em dia
Olha o Gás!
Hora da manutenção
Relações de Vizinhança
Habitação e sustentabilidade
Trabalho Técnico Social
Você é parte da comunidade
A nova geração
Nossa cidade, seu direito
O que é um condomínio
Gestão Financeira de um Condomínio
Participação em assembleia e Mediação de Conflitos
Conjunto mais valorizado

Spots
Check list de vistoria
Regularização Financeira e Contratual - Parte 1
Regularização Financeira e Contratual - Parte 2
Resíduos e aproveitamento de lixo
Mediação de conflitos
Regulamento Interno
Estratégias de formação em oficinas
Estratégias de uso de vídeos em oficinas
Estratégias de oficinas com jovens
Estratégias de oficinas com crianças

Os manuais são distribuídos no momento da vistoria, entrega das chaves e ao longo do trabalho de organização e administração condominial, por cerca de um ano após a entrega das unidades e vão para todos os representantes das famílias e corpo diretivo dos condomínios: síndico, subsíndicos e conselho fiscal.

EFICIÊNCIA NO ATENDIMENTO AO CIDADÃO [102-33, 102-44]

A CDHU conta com diversos canais de comunicação e relacionamento com seus públicos. Responsável por receber, analisar e distribuir às respectivas áreas todas as manifestações de usuários, a Ouvidoria da CDHU faz seu papel de garantir respostas ágeis e objetivas. Se for identificado algum caso grave, complexo ou que envolva mais de uma diretoria, o Presidente recebe a notificação e, juntamente com outros diretores, decide qual a melhor solução.

De modo geral, cada área responde com clareza e objetividade para um retorno rápido e eficiente aos usuários, e a frequência de recebimento de questões graves ou complexas é baixa.

A Ouvidoria também recebe e direciona demandas registradas e encaminhadas pela Casa Civil do Governo do Estado de São Paulo, originadas de Prefeituras, Câmaras Municipais ou dos próprios cidadãos. Após análise, as informações apuradas retornam à Casa Civil para a devida resposta aos interessados. A Ouvidoria é fiscalizada pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, Ministério Público Estadual e Corregedoria Geral da Administração do Governo do Estado.

A Ouvidoria funciona no seguinte endereço:

Rua Boa Vista, 170 – 8º andar, Bloco 4.

CEP: 01014-930 – São Paulo (SP)

Atendimento: de 2ª a 6ª feira, das 9h às 12h30 e das 14h às 17h.

Telefone: (11) 2505-2863

Para mais informações, acesse cdhu.sp.gov.br> Atendimento e Serviços > Ouvidoria

Além disso, a Companhia conta com o Fale Conosco para atendimento por e-mail de mutuários e o Serviço de Informações ao Cidadão, um canal para solicitação de

documentos e dados relativos aos Órgãos e Secretarias da Administração Pública Paulista. Durante o exercício de 2017, foram registradas e atendidas pela CDHU mais de 375 mil solicitações⁹.

Para saber mais sobre o Serviço de Informações ao Cidadão (SIC), acesse www.sic.sp.gov.br

CAPITAL HUMANO

EQUIPE CDHU [404-2, 405-1]

A equipe da CDHU é formada por uma equipe de 644 profissionais contratados por prazo indeterminado por meio de concurso público¹⁰, além de 196 estagiários e 28 aprendizes contratados temporariamente, conforme legislação específica. A maioria dos integrantes da equipe da CDHU tem idade acima de 50 anos, sendo 392 homens e 252 mulheres e todos são cobertos por acordos de negociação coletiva os sindicatos representantes das categorias preponderantes na Companhia.

Os cargos são divididos entre técnicos de carreira ou universitários de carreira, funções de confiança (Líder / Gerente / Superintendente / Assessores / Chefia de Gabinete), Diretores e Conselho de Administração e Fiscal. As categorias funcionais da organização são definidas por ocasião da elaboração do Plano de Cargos e Salários, mediante estudos e participação da alta Gestão de cada Diretoria, respeitada a estrutura organizacional pré-existente e a atividade da Companhia, com posterior aprovação do Conselho de Defesa dos Capitais do Estado. Todos os cargos de liderança da organização devem ser aprovados pela Diretoria correspondente e validados pelo Diretor Presidente. [102-8, 103-2, 103-3, 405-1]

Composição da equipe CDHU	
Efetivos	644
Feminino	252
Masculino	392
Estagiários (Contratos temporários)	196
Feminino	118
Masculino	78
Aprendizes (Contratos temporários)	28
Feminino	19
Masculino	9
Prestadores de Serviço / Terceirizados	0
Empregados Autônomos	0
Total	868

⁹ Conforme registros no CRM (Gerenciamento de Relacionamento com Clientes).

¹⁰ O último concurso público foi realizado em 2002. Desde 2006 não ocorrem contratações por prazo indeterminado de empregados de carreira.

Composição dos grupos responsáveis pela governança corporativa e discriminação de empregados por categoria funcional, de acordo com gênero, faixa etária, minorias e outros indicadores de diversidade. [405-1]

Percentual da composição da Governança CDHU - POR GÊNERO	
Feminino	20%
Masculino	80%

Percentual da composição da Governança CDHU - POR FAIXA ETÁRIA	
Abaixo de 30 anos	0
De 30 a 50 anos	33%
Acima de 50 anos	67%

Percentual da composição da Governança CDHU - POR GRUPOS MINORITÁRIOS	
Índios	0
Negros	0
Pardos	0
Amarelos	7%
PCD - Pessoas com Deficiência	0

Percentual da categoria Diretoria - POR GÊNERO	
Feminino	17%
Masculino	83%

Percentual da categoria Diretoria - POR FAIXA ETÁRIA	
Abaixo de 30 anos	0
De 30 a 50 anos	33%
Acima de 50 anos	67%

Percentual da categoria Diretoria - POR GRUPOS MINORITÁRIOS	
Índios	0
Negros	0
Pardos	0
Amarelos	0
PCD - Pessoas com Deficiência	0

Percentual da categoria Gerencial (Superintendentes + Gerentes) - POR GÊNERO	
Feminino	40%
Masculino	60%

Percentual da categoria Gerencial (Superintendentes + Gerentes) - POR FAIXA ETÁRIA	
Abaixo de 30 anos	0
De 30 a 50 anos	26%
Acima de 50 anos	74%

Percentual da categoria Gerencial (Superintendentes + Gerentes) - POR GRUPOS MINORITÁRIOS	
Índios	0
Negros	2%
Pardos	3%
Amarelos	7%
PCD - Pessoas com Deficiência	2%

Percentual da categoria Técnico Administrativo - POR GÊNERO	
Feminino	39%
Masculino	61%

Percentual da categoria Técnico Administrativo - POR FAIXA ETÁRIA	
Abaixo de 30 anos	0
De 30 a 50 anos	25%
Acima de 50 anos	75%

Percentual da categoria Técnico Administrativo - POR GRUPOS MINORITÁRIOS	
Índios	0
Negros	5%
Pardos	10%
Amarelos	30%
PCD - Pessoas com Deficiência	5%

Os benefícios oferecidos pela CDHU seguem o Acordo Coletivo de Trabalho e a legislação vigente, incluindo seguro de vida, assistência médica, assistência odontológica, vale-refeição, complementação de auxílio previdenciário nos casos de afastamento por

doença ou acidente do trabalho, auxílio-creche, auxílio-funeral, licença maternidade e paternidade. Outros benefícios são optativos como o vale-alimentação e o vale transporte. Em 2017 foram mais de R\$12,8 milhões investidos em benefícios a empregados. [103-2, 103-3, 401-2]

Em 2017, 100% dos profissionais que saíram de licença maternidade ou paternidade retornaram ao trabalho. [103-2, 103-3, 401-3]

Número de empregados com direito à licença maternidade	252
Número de empregados que tiraram licença maternidade	0
Taxa de retorno ao trabalho após licença maternidade	0
Taxa de retenção após licença maternidade	0
Número de empregados que permaneceram empregados doze meses após seu retorno ao trabalho (pós licença maternidade)	2
Número de empregados com direito à licença paternidade	392
Número de empregados que permaneceram empregados doze meses após seu retorno ao trabalho (pós licença paternidade)	2
Taxa de retorno ao trabalho após licença paternidade	100
Número de empregados que permaneceram empregados doze meses após seu retorno ao trabalho (pós licença paternidade)	2
Taxa de retenção após licença paternidade	100

REMUNERAÇÃO

Estabelecida no Plano de Cargos e Salários, a política de remuneração da CDHU define uma faixa salarial para cada categoria profissional, com base em tabela desenvolvida a partir de critérios específicos e pesquisa de mercado realizada por empresas especializadas, que define níveis salariais verticais e horizontais. As regras gerais para evolução dentro das diversas carreiras também são abordadas neste plano. [103-2, 103-3, 405-2]

Em parceria com a equipe de consultores da Fundação Getúlio Vargas (FGV), a área de Gestão de Pessoas da CDHU criou uma política de remuneração com alicerce na transparência e justiça, que também teve a participação de um comitê de funcionários, constituído por Ato do Presidente, considerando os formadores de opinião da CDHU de diferentes áreas e formações dentro da Companhia. [102-36]

Todo o processo de estruturação salarial, política de enquadramento e evolução funcional foi realizado por este grupo. Em seguida, o trabalho foi enviado para aprovação da Diretoria Plena e do Conselho de Administração da Companhia, e depois encaminhado para análise e validação pelos órgãos governamentais vinculados à Secretaria da Fazenda e à Comissão de Política Salarial.

Promoções e progressões dentro do mesmo nível de cada carreira se dão por meio de avaliações de desempenho. Os ocupantes de Funções de Confiança na hierarquia estabelecida dentro do organograma da Companhia recebem gratificações de funções enquanto ocupantes destes postos.

No momento das contratações e designações, a CDHU não faz distinção entre gêneros. Todos são submetidos às mesmas regras do Plano de Cargos e Salários em relação às progressões salariais. No geral, a proporção entre o salário base de mulheres em relação aos homens é de 110%. [103-2, 103-3, 102-36, 102-37, 405-2]

Salário base e remuneração de mulheres em relação aos homens [405-2]	Feminino	Masculino
Diretoria	R\$ 20.590,00	R\$ 20.590,00
Gerencial (Superintendentes + Gerentes)	R\$ 12.459,16	R\$ 11.682,96
Técnico / Administrativo	R\$ 7.592,63	R\$ 6.737,09

Além disso, a Companhia não adota a vinculação das remunerações ao Salário Mínimo de referência, pois toda a tabela salarial é corrigida pelos índices de reajustes anuais concedidos por meio do Acordo Coletivo de Trabalho na data base, em maio de cada ano. De qualquer forma, em 2017, a proporção do menor salário praticado pela empresa em relação ao salário mínimo foi de 230% no caso de mulheres e 202% no caso de homens. [103-2, 103-3, 202-1, 202-2, 405-2]

Comparativo com o salário mínimo local [202-1]	
Parcela dos funcionários cuja remuneração é baseada em salários sujeitos às regras do salário mínimo	0%
Proporção do menor salário praticado pela Empresa em relação ao salário mínimo (feminino)	230%
Proporção do menor salário praticado pela Empresa em relação ao salário mínimo (masculino)	202%
Salário mais baixo da organização (masculino)	R\$2.177,27
Salário mais baixo da organização (feminino)	R\$2.479,87
Salário mínimo local estabelecido oficialmente pelo Governo	R\$1.076,20

O profissional mais bem pago da organização (diretor-presidente) tem a remuneração definida pelo Conselho de Defesa dos Capitais do Estado, que responde à Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo, representando uma proporção de 0,34% com relação à média anual de todos os empregados. O reajuste salarial de todos os funcionários em 2017 foi de 3,71%. [102-38, 102-39, 103-2, 103-3, 201-3]

DESENVOLVIMENTO E VALORIZAÇÃO DA EQUIPE

Desde 2011, a CDHU possui um Programa de Treinamento, Desenvolvimento e Formação Continuada, que periodicamente promove ações internas de capacitação para assegurar maior produtividade e adequação dos conhecimentos da equipe ao negócio da empresa. [103-2, 103-3, 205-2, 404-2]

A empresa busca, sempre que possível, atender às demandas das áreas para atualização profissional dos colaboradores proporcionando eventos para capacitação, desenvolvimento e atualização do corpo funcional. A gestão das atividades é feita pela Gerência de Captação, Desenvolvimento e Relações Humanas. [103-2, 103-3, 404-1, 404-3]

SAÚDE E SEGURANÇA

Mesmo que os profissionais da CDHU não tomem parte em nenhuma atividade ocupacional com alta incidência ou alto risco de doenças, a Companhia considera este tema de extrema importância, por isso, realiza vistorias periódicas aos locais de trabalho e ainda conta com o Programa de Prevenção de Riscos Ambientais e o Programa de Controle Médico e Saúde Ocupacional, além de promover a realização de exames periódicos. Os treinamentos e aconselhamentos são realizados anualmente por meio da SIPAT - Semana Interna de Prevenção de Acidentes, boletins periódicos e capacitação da Brigada de Incêndio. [103-2, 103-3, 403-2, 403-3]

[403-2]

Horas Homens Trabalhadas - empregados próprios	1.246.784	HHT
Horas Homens Trabalhadas - empregados terceirizados	0	HHT
Taxa de frequência de acidentes com afastamento de empregados próprios	0	Taxa
Taxa de Absenteísmo - GERAL	22,03	Taxa
Taxa de Absenteísmo - POR GÊNERO		Taxa
Feminino	11,79	Taxa
Masculino	10,24	Taxa
Taxa de Absenteísmo - POR FAIXA ETÁRIA		Taxa
Abaixo de 30 anos	0	Taxa
De 30 a 50 anos	9,85	Taxa
Acima de 50 anos	12,18	Taxa
Taxa de frequência de acidentes com afastamento de empregados terceirizados fixos	0	Taxa

Além disso, profissionais da área de psicologia e serviço social prestam atendimento e acompanhamento aos funcionários, para auxiliar na manutenção ou no restabelecimento da saúde e qualidade de vida. Realizados por meio de avaliação preliminar, os atendimentos, bem como os serviços de aconselhamento e internação,

são feitos por psicóloga e assistente social, que encaminham para o médico especialista dependendo do caso. Se houver internação, todo o processo é monitorado pelo Núcleo de Atendimento Social, Segurança e Medicina do Trabalho da Companhia. Ainda nesta linha, o Projeto Viva Bem CDHU oferece palestras relacionadas a temas sobre qualidade de vida, com base nas sete dimensões da saúde: física, emocional, profissional, financeira, social, espiritual e intelectual. [103-2, 103-3, 403-2, 403-3]

No âmbito dos acordos entre CDHU e sindicatos, são considerados os aspectos de segurança e saúde, como o uso obrigatório de equipamentos de segurança, condições sanitárias e profissionais apropriadas para o exercício da função, treinamentos em segurança do trabalho, proteção coletiva e individual e adaptação do empregado acidentado ou portador de doença ocupacional. O Acordo Coletivo de Trabalho firmado entre a CDHU e os sindicatos prevê cláusulas relacionadas à saúde e segurança (Cláusula 62 a 72), todos atendidos pela Companhia através do Núcleo de Atendimento Social, Medicina e Segurança no Trabalho. [103-2, 103-3, 403-4]

A Companhia também possui a Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA), formada por funcionários de diferentes áreas da empresa e ligada ao Núcleo de Atendimento Social, Segurança e Medicina do Trabalho. Em 2017, entre outras ações de prevenção, a CIPA promoveu a Semana Interna de Prevenção de Acidentes (SIPAT), com palestras e campanhas sobre colesterol e glicemia, campanhas intervencionistas em Tabagismo, DST/AIDS, Trabalho em Equipe e Ação de Brigadistas. [103-2, 103-3, 403-1]

Com relação à saúde e segurança no trabalho de terceiros, todas as licitações da companhia seguem o preconizado pela Lei 8666/93, exigindo no Edital a conformidade com as regras e o atendimento às normas vigentes, estipulando as condições mínimas de habilitação técnica, jurídica e financeira de acordo com o objeto da licitação, bem como seu valor. Para a emissão de Ordem de Início de Serviços é necessário que a contratada apresente apólice de seguro referente ao Risco de Responsabilidade Civil Cruzado incluindo cobertura contra acidente de trabalho e riscos diversos de acidentes físicos, declaração de situação regular perante o Ministério do Trabalho, na qual deve constar que a empresa não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos, declarando também que atende às normas relativas à saúde e segurança do trabalho. A contratada, ainda, deve apresentar o layout do canteiro de obras, com a verificação do atendimento aos preceitos da NR-18 - Condições e Meio Ambiente de Trabalho na Indústria da Construção, além do cronograma de permanência de mão de obra, do dimensionamento do Serviço Especializado em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho (SESMT) e do Programa de Condições e Meio Ambiente de Trabalho na Indústria da Construção (PCMAT), elaborado para as obras e serviços.

Toda obra deve ainda estar matriculada no INSS e é rigorosamente monitorada e fiscalizada tanto no que diz respeito ao seu desenvolvimento quanto ao cumprimento de todas as leis, regulamentos, normas e boas práticas sociais e de direitos humanos, conforme acordado no contrato.

É de responsabilidade da contratada assumir possíveis despesas decorrentes de acidentes do trabalho não cobertas pelo seguro, além de cumprir e fazer cumprir, por todos no canteiro de obras, as normas regulamentadoras relativas à Segurança e Medicina do Trabalho, propiciar aos empregados condições adequadas para o perfeito desenvolvimento dos serviços e instruí-los quantos aos procedimentos de prevenção de incêndio.

CAPITAL SOCIAL E RELACIONAMENTO

[102-40, 102-42]

ENGAJAMENTO COM AS PARTES INTERESSADAS

Representado por diversos agentes, o público estratégico mapeado pela CDHU atua de forma ativa no direcionamento das ações da empresa. A CDHU mantém com cada um deles uma relação de transparência e objetividade, buscando sempre estreitar os laços, considerando suas particularidades e integrando diversos segmentos em prol da implantação de programas e projetos habitacionais de sucesso.

Os chamados stakeholders desempenham diferentes papéis relacionados aos aspectos técnicos e administrativos envolvidos nas atividades da Companhia, mas também têm importante atuação nos aspectos sociais que materializam as demandas de comunidades, prefeituras ou outros órgãos de governo. Nesse sentido, para além de segmentos mais diretamente identificados com a atividade fim da CDHU – funcionários (público interno) e mutuários (clientes), outros grupos constituídos por fornecedores, representantes da sociedade civil organizada e do poder público, através dos órgãos de governo, completam a relação de apoiadores.

O público interno é constituído por funcionários, chefias e direção. Os clientes, a sociedade civil e o poder público têm assento no Conselho Estadual de Habitação, formado por seis representantes do Estado de diferentes instituições, um representante dos poderes públicos municipais, e sete representantes da sociedade civil, incluindo as organizações populares, os agentes promotores de habitação de interesse social da iniciativa privada, e os agentes financeiros privados. Quanto aos fornecedores, três subgrupos têm maior destaque para as operações da Companhia: empreiteiras, empresas fiscalizadoras e gerenciadoras. E finalmente, pelo papel decisório na condução dos assuntos corporativos, há ainda o Conselho de Administração.

A relação com o público estratégico da CDHU é calcada em mecanismos institucionais de controle e participação, como a Ouvidoria e o Conselho Estadual de Habitação, além de estratégias de divulgação de informações e conquistas no site da Companhia e nas redes sociais.

Para oferecer suporte institucional a essas ações, a Companhia implantou dois fóruns intersetoriais – um grupo de trabalho para elaboração do Relatório de Sustentabilidade e o Comitê de Inovação e Sustentabilidade –, que consolidam um processo de melhoria

contínua dos produtos, serviços e da sustentabilidade social e ambiental da Companhia. [102-43, 102-46]

No processo de engajamento da comunidade local, cujo principal objetivo é oferecer orientação para uso adequado das unidades habitacionais, a CDHU atua com programas de desenvolvimento e fomento à organização sociocomunitária condominial e à inclusão social. Para estas operações, a Companhia atua em parceria com os municípios e também contrata empresas especializadas. Cada intervenção junto à comunidade possui acompanhamento pelo período mínimo de seis meses (nos empreendimentos horizontais) ou de um ano (nos verticais). [102-43, 102-44]

Outra ação permanente da Companhia é o diálogo com representantes da sociedade civil, órgãos públicos e entidades representativas do setor, por meio do Conselho Estadual de Habitação, com realização de reuniões ordinárias ou extraordinárias, se houver pautas relevantes. Já no engajamento de funcionários para a produção do presente relatório são realizadas reuniões no início e no final dos trabalhos, além do incentivo à participação ativa no relato de indicadores. [102-43]

BENEFICIÁRIOS DAS POLÍTICAS DE ATENDIMENTO HABITACIONAL

Movida pelo propósito de ofertar moradia de qualidade para famílias de baixa renda e uma melhor infraestrutura urbana em seus projetos de habitação popular no Estado de São Paulo, a CDHU considera fundamental manter uma relação próxima e sincera com seus mutuários (clientes). Para tanto, conta com diversos canais de atendimentos, Postos de Atendimento, Centros de Integração da Cidadania (CIC) e Núcleos Regionais e de Atendimento Habitacional, localizados nos grandes centros regionais do Estado.

Em 2017 foi ampliado o projeto de Gerenciamento de Relacionamento com Clientes por meio da ferramenta de Customer Relationship Management (CRM), que permite o registro de todas as solicitações de mutuários (informações, denúncias, queixas, solicitações de alterações, acordos ou informações contratuais etc.) para um melhor direcionamento das ações da Companhia. [103-2, 103-3, 418-1]

Tipo de ocorrência	Total de ocorrências	Resolvidas, solucionadas ou finalizadas	Ativas ou em andamento	Improcedentes	Parcialmente solucionadas
Solicitação de serviços	273.260	54.027	36.065	4.849	178.319
Informação	98.552	13.509	901	3.873	80.269
Reclamação	2.116	1.115	281	7	713
Sugestão	783	127	111	39	506
Outros	348	64	18	2	264
Elogio	33	3	2	1	27
Total	375.092	68.845	37.378	8.771	260.098

Fonte: registros do CRM em 2017

TRABALHO TÉCNICO SOCIAL NAS OBRAS DE URBANIZAÇÃO [413-1]

Promover o desenvolvimento local e as potencialidades das comunidades, estabelecer canais contínuos de participação e diálogo entre a população e a CDHU, promover ações de fomento à cidadania, fortalecer a identidade local e o sentimento de pertencimento são os principais objetivos do trabalho técnico e social nas obras de urbanização da Companhia. Estabelecendo parcerias com órgãos governamentais e não governamentais para atuação na área de sustentabilidade, o trabalho está fundamentado nos seguintes eixos:

- Participação e organização comunitária: encontros entre as equipes técnicas e a população, para apresentação do projeto de intervenção, o andamento das obras de urbanização, divulgação de resultados da pesquisa diagnóstica realizada pela equipe social, bem como os critérios e modalidades de atendimento habitacional disponíveis para cada programa.
- Pós-urbanização: após a conclusão das obras de urbanização é preciso construir novas relações com o ambiente transformado, de modo que aqueles antes vistos como invasores responsáveis pela degradação do território sejam os principais incentivadores do uso público.
- Arte-educação: projetos com ênfase na capacitação técnica da população para o exercício de práticas culturais e artísticas, incentivando talentos locais, principalmente no que se refere à execução de intervenções de arte urbana nos espaços públicos e fachadas das casas.
- Comunicação Comunitária (ComCom): ações direcionadas para a construção de canais de comunicação entre a CDHU e os moradores, que são formados para atuar diretamente na criação de mídias mobilizadoras como rádio e jornal comunitário, além da produção de conteúdos diversos. O ComCom também difunde a cultura local, promovendo eventos e publicando esses conteúdos nas suas mídias.
- Educação ambiental: implantação de projetos e atividades de sensibilização ambiental (oficinas, plantio e manutenção de áreas verdes), com o objetivo de conservar e recuperar os ecossistemas das áreas onde são feitas as intervenções.
- Economia solidária: o foco do trabalho técnico social, diante de possíveis vocações da população para geração de trabalho e renda, é fortalecer a organização comunitária buscando parcerias com órgãos públicos e privados para nortear as ações de capacitação para formação de grupos produtivos locais, com base nos princípios da economia solidária.

Em 2017, as ações da equipe de trabalho técnico e social foram realizadas nas principais áreas de intervenção da CHDU: Recuperação Socioambiental da Serra do Mar; Programa de Recuperação Socioambiental da Serra do Mar e Programa de Desenvolvimento Sustentável do Litoral Paulista (PDSL), Guarulhos-C Pimentas, Jardim Santo André e Pantanal.

No eixo de participação e organização comunitária, o destaque foram as reuniões com lideranças comunitárias para acompanhamento dos projetos de urbanização. Neste

processo, são discutidas alternativas da intervenção urbanística mais adequadas às necessidades da população.

Em relação ao eixo de pós-urbanização, as atividades permearam, sobretudo, o Programa Serra do Mar, por meio do curso de pós-urbanização, em parceria com a Universidade Estadual Paulista (UNESP) através de um projeto de extensão, e atuação direta no processo formativo da população e no acompanhamento da implementação do projeto Turismo de Base Comunitária.

Nas atividades de arte-educação destaca-se o Ateliê Arte nas Cotas – que integra o Programa Serra do Mar –, Arte nos Pimentas e o Projeto Música nos Pimentas, no Projeto Guarulhos C - Pimentas. Já o projeto ComCom desenvolveu atividades em Guarulhos C - Pimentas e no Programa Serra do Mar.

Por fim, as atividades de educação ambiental e de economia solidária – envolvendo, respectivamente, a formação de educadores ambientais e a articulação permanente de parcerias para a formação e a capacitação de grupos produtivos e sua inserção em redes –, aconteceram principalmente no Projeto Pantanal e no Programa Serra do Mar.

Na esfera do atendimento social, a Companhia também instala escritórios nas áreas alvo das intervenções para facilitar a comunicação entre a população e a CDHU, além de promover a interação das equipes técnicas responsáveis pela execução dos programas com os moradores e fomentar o atendimento social individualizado com as famílias, por meio dos atendimentos Individuais Programados. Estes Escritórios de Apoio Técnico, são locais disponibilizados para que a população possa esclarecer dúvidas, apresentar reclamações, solicitações ou sugestões, informar-se quanto às ações de fomento à organização sociocomunitária, desenvolvimento local e demais atividades ou informações relativas ao trabalho social e à intervenção em questão. [103-2, 103-3, 413-1]

Além disso, na etapa final dos projetos de urbanização de favelas – que consiste na regularização dos lotes urbanizados e garantia da segurança na posse das famílias que residem no local –, a equipe técnica social realiza o esclarecimento e engajamento das famílias através de pesquisa diagnóstica, distribuição de material impresso sobre o assunto e encontros coletivos e individuais.

Em 2017, a CDHU contou com escritórios estabelecidos nos seguintes projetos e programas: Guarulhos C-Pimentas, Jardim Santo André, Projeto Pantanal, Programa de Recuperação Socioambiental da Serra do Mar e Programa de Desenvolvimento Sustentável do Litoral Paulista (PDSL), além de pontos de apoio para atendimento dos moradores em outros projetos.

Para garantir os direitos das comunidades, o tema foi tratado nos Cursos de Formação de Agentes Comunitários de Urbanização, que abordou tópicos referentes à urbanização, protagonismo comunitário e cidadania. O assunto também esteve presente nas discussões das unidades do Núcleo Operacional de Urbanização, grupo permanente para acompanhamento da execução dos projetos de urbanização. Além disso, foi desenvolvida a Resolução da Política de Reassentamento, iniciativa da

Superintendência de Ações de Recuperação Urbana (SARU) para instaurar diretrizes de uniformização e garantia das condições apropriadas de atendimento das comunidades.

Para este curso são escolhidos representantes territoriais eleitos pelos moradores de sua quadra ou vizinhança, que participam das oficinas por um período médio de seis meses, com aprendizado dividido em quatro módulos: urbanização e protagonismo comunitário; memória, cidadania e comunicação social; promoção humana e transformação socioambiental; desenvolvimento local sustentável e autonomia comunitária.

Os profissionais que atuam no trabalho técnico e social são estimulados por suas chefias a realizar cursos e participar de eventos, de forma sistemática, para ampliação de conhecimentos na área, melhorando assim a execução, supervisão, monitoramento e avaliação desse tipo de trabalho nas comunidades. A equipe social da CDHU também treina os seus profissionais terceirizados, transmitindo a metodologia de trabalho e as diretrizes gerais para a execução adequada das atividades.

ATENDIMENTO À POPULAÇÃO NOS PROJETOS DE REASSENTAMENTO HABITACIONAL

[102-11]

Com atuação primordial na política de reassentamento habitacional no Estado de São Paulo, a Secretaria de Habitação e a CDHU oferecem apoio à população diretamente envolvida nas intervenções de realocação de moradias.

Em relação às áreas de risco e favelas, a CDHU destina, se houver necessidade, o total de unidades produzidas, sem sorteio (Lei Estadual nº 13094/2008), para moradores residentes. Para ser dispensado do sorteio, devem ser atendidas as seguintes recomendações: as moradias a serem removidas devem estar obrigatoriamente em área pública ou Área de Proteção Permanente (APP); moradias devem estar obrigatoriamente situadas em áreas contínuas no Município, não podendo ser indicadas moradias dispersas; a caracterização de risco deve considerar sempre a localização das moradias e não o estado físico do imóvel; a caracterização de assentamento irregular deve considerar a existência de aglomerado carente de serviços públicos essenciais e dispostos, em geral, de forma desordenada e densa.

No apoio às obras públicas estruturantes, a CDHU tem atuado com expressividade na gestão social cuidadosa para remoção e reassentamento de famílias vulneráveis. Já o trabalho técnico e social em favelas, assentamentos precários e outras ocupações, envolveu projetos de requalificação urbana com intervenção direta da CDHU, recuperação ambiental em programas de governo e convênios com outros órgãos para implantação de projetos de mobilidade urbana, habitação e saneamento.

Além disso, a CDHU, em parceria com a Secretaria de Habitação, continua atuando nas seguintes ações:

- Participação no Programa Estadual de Prevenção de Desgastes Naturais e de Redução de Riscos Geológicos para evitar, reduzir e gerenciar situações de risco. O programa oferece soluções habitacionais por meio de planos preventivos de Defesa Civil e planos de contingência; mapeamento de áreas de risco a escorregamento, inundações e erosão; planos municipais de redução de risco, seminários de capacitação de agentes municipais de Defesa Civil; monitoramento pluviométrico e fluviométrico; programas da Secretaria de Habitação para áreas de risco.
- Constituição de um grupo de apoio para implantação de medidas de segurança contra incêndio nas edificações e áreas de risco.
- Participação no Programa Família Paulista, iniciativa da Secretaria de Desenvolvimento Social, envolvendo quatro grandes pilares – habitação, educação, saúde, trabalho e renda –, com o objetivo de enfrentar a extrema pobreza e apoiar a melhoria dos Índices de Desenvolvimento Humano (IDH) do Estado.

Para aperfeiçoar a política de reassentamento habitacional, a CDHU está promovendo um estudo para implantação de diretrizes e procedimentos que estabeleçam condições, critérios e etapas destes projetos. Em agosto de 2017 foi constituído o Grupo de Trabalho Para Regulamentação da Resolução SH 24 – editada em maio desse ano, que dispõe sobre a Política de Reassentamento Habitacional, com a atribuição de propor:

- A revisão, adequação e atualização das Normas e Procedimentos e Instruções Transitórias de Serviços que regulamentam o atendimento habitacional e o processo de comercialização de unidades habitacionais na CDHU para adequação às necessidades da política de reassentamento habitacional, com a estruturação de regulamentos complementares que se fizerem necessários;
- A revisão e adequação, no que for viável, dos convênios de parceria já estabelecidos e definir procedimentos necessários para orientar a formatação de novas parcerias e das ações da CDHU que envolvem reassentamento, bem como fluxograma de procedimentos e decisão; e
- A estruturação de procedimentos para as ações de reassentamento habitacional relacionadas ao atendimento de situações de risco e calamidade pública.

CAPITAL NATURAL

Atenta ao fato de que as obras de urbanização e construção de empreendimentos habitacionais geram alterações e impactos na paisagem e no meio ambiente, a CDHU estabelece diretrizes e procedimentos para todas as obras por meio de um Manual de Projetos, além de monitorar sua atuação através de um sistema de Gestão de Empreendimentos, sempre buscando alternativas para minimizar impactos negativos. O trabalho de recuperação de assentamentos precários reforça a atuação da Companhia na preservação ambiental, bem como o investimento contínuo em inovações

tecnológicas que promovem economia de recursos naturais, oferecendo também benefícios financeiros à população atendida.

Assim, os principais compromissos assumidos pela CDHU são:

- Promover o uso racional dos recursos naturais e selecionar materiais adequados ao ambiente.
- Minimizar a geração de resíduos de obras.
- Adotar a concepção de espaços e instalações prediais flexíveis para reformas futuras, sempre que possível.
- Adotar soluções arquitetônicas que favoreçam a iluminação e a ventilação natural.
- Utilizar energia proveniente de fontes renováveis.
- Preservar a vegetação.
- Promover a arborização urbana.
- Regulamentar e tornar mais ágeis os trâmites de licenciamento ambiental.

ENERGIA

Em 2017, a Companhia deu início ao monitoramento dos gastos de energia elétrica e consumo de água nas obras de construção de seus empreendimentos habitacionais. Foram disponibilizados no site do sistema de Gestão de Empreendimentos da CDHU formulários que deverão ser preenchidos pelas fiscalizadoras contratadas com os dados obtidos in loco. Este monitoramento possibilitará ações que culminem com a economia desses recursos.

Desde 2009 a CDHU instala em seus empreendimentos aquecedores solares de água em busca da redução do consumo de energia elétrica - especialmente a demanda de energia nos horários de pico. Até outubro de 2016, a Companhia já havia instalado 61.409 sistemas de aquecimento (seja por meio de recursos próprios ou de convênios com concessionárias de serviços públicos). Ao fim de 2017, esse número chegou a cerca de 70 mil instalações, totalizando um investimento aproximado de R\$ 105 milhões e uma economia projetada de 13.500 MWh/mês.

O monitoramento dos gastos de energia elétrica dos empreendimentos localizados no norte do Estado, realizado por meio da análise de contas fornecidas pelas concessionárias, indicam economia da ordem de 15%, se comparados os gastos antes e após a instalação do aquecedor solar. [103-2, 103-3, 302-5]

% total de energia reduzida com aquecimento solar de água	15%
% de unidades empreendimentos unifamiliares ⁽¹⁾ com aquecimento solar de água	100%
% de unidades empreendimentos plurifamiliares ⁽¹⁾ com aquecimento solar de água	10%

⁽¹⁾ entregues durante o exercício de 2017

Energia Fotovoltaica

Após a implantação de projetos-piloto de geração de energia fotovoltaica nos empreendimentos em 2016, a CDHU passou a incluir esse benefício a todos os empreendimentos unifamiliares entregues a partir de 2017. Por se tratar de situações técnicas mais complicadas, 10% dos empreendimentos plurifamiliares contaram com a novidade no ano, representando, mesmo assim, um impacto positivo significativo em função do tamanho desses empreendimentos.

O projeto conta com a parceria das concessionárias de energia elétrica e da Secretaria de Energia e Mineração do Estado de São Paulo e já rendeu à CDHU prêmios da Associação Brasileira das Cohabs (ABC) e da Câmara de Comércio das Américas (Amcham) por gerar mais uma oportunidade de economia para as famílias, que veem sua conta de energia reduzida.

Atualmente, três empreendimentos que estão em obras contarão com a geração de energia através do sistema fotovoltaico, sendo eles: (i) Aparecida B, com 62 apartamentos cuja geração de energia proporcionada pelo sistema fotovoltaico é destinada ao consumo nas áreas comuns dos edifícios, como iluminação das escadas, estacionamento e bombas de recalque de água; (ii) Cubatão B, com 216 apartamentos e geração voltada às necessidades do condomínio; e (iii) Dolcinópolis G, com 60 casas atendidas por esse novo sistema de energia. Tais obras iniciaram-se entre o final de 2017 e início de 2018, e somam um investimento total de R\$ 50.700.000,00.

A companhia já assinou cinco licitações, sendo que 1,425 UHs estão em fase de contratação. Os próximos passos seguem rumo à execução dos empreendimentos que, após licitação, devem ter suas obras iniciadas em 2018, com investimento de R\$ 146.400.000,00 para atender: Adamantina N com 54 UHs, Aguai G com 128 UHs, Agudos G com 90 UHs, Alvares Florence I com 19 UHs, Cafelândia I com 119 UHs, Fernão D2 com 16 UHs, Galia I com 207 UHs, Itapira P com 100 UHs, Nipoã E com 144 UHs, Pindamonhangaba I com 40 UHs, Pindamonhangaba J com 196 UHs, Santo Expedito D com 102 UHs, Suzanópolis C com 168 UHs, Tanabi B com 30 UHs e Votuporanga P com 12 UHs.

O processo de implantação de tais sistemas vem desde um período em que só era possível a implantação de Geradores de Sistemas com Potência maior instalada, porque no Brasil, os menores inversores comercializados precisavam de pelo menos cinco módulos fotovoltaicos associados a eles. Recentemente foram homologados pelo INMETRO os micro inversores, propiciando a instalação de Sistemas Fotovoltaicos com menor Potência, como o que a CDHU está utilizando em suas tipologias isoladas (0,5 kWp). A alteração da Resolução Normativa nº 482/2012 da ANEEL também facilitou tais processos já que através do Sistema de Compensação de Energia Elétrica, possibilitou que o consumidor troque energia com a distribuidora local sempre que sua oferta for maior do que a demanda, reduzindo o valor da sua fatura de energia elétrica e acumulando créditos durante 60 meses.

Também foi decisivo à implantação desse sistema o convênio firmado entre o Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz) e o Estado de São Paulo, autorizando os

governos estaduais a isentarem o ICMS sobre a energia injetada na rede e compensada na microgeração e mini geração distribuída. A possibilidade de instalação de geração distribuída em condomínios permitindo que a energia gerada seja repartida entre os condôminos em porcentagens definidas também foi um grande impulsionador para a instalação do Sistema Fotovoltaico nas Tipologias verticais da CDHU.

A viabilidade prática desse projeto foi medida e avaliada pela CDHU através do Comitê de Inovação e Sustentabilidade, o qual realizou extensa pesquisa entre os domicílios entregues nos últimos sete anos para descobrir o perfil de consumo de energia elétrica de seus mutuários, apresentando que o consumo médio anual de uma casa entregue pela CDHU é de 140 KWh / mês. Nos projetos pilotos implantados, confirmamos a expectativa de produção de 80 KWh / mês com a utilização de duas placas fotovoltaicas de 320 Wp cada uma, e para diminuir a diferença entre geração e consumo, a instalação do sistema está sendo combinada à utilização de lâmpadas led, reduzindo tão significativamente o consumo que nas novas casas produzidas pela CDHU as novas famílias acabarão por pagar a tarifa mínima das contas de energia elétrica.

Embora tanto a captação de energia solar térmico quanto o sistema fotovoltaico sejam eficientes e gerem energia “limpa”, a CDHU observou que o primeiro sistema exige uma instalação trabalhosa e específica que acaba sendo subutilizada muitas vezes, porque seu uso restringe-se ao chuveiro e os usuários têm a opção de aproveitá-la ou não. Considerando toda a estrutura e efetivação de uso, ambas as tecnologias têm custos parecidos, mas o sistema proposto com dois módulos fotovoltaicos não depende do usuário para ser bem aproveitada, ou seja, o medidor bidirecional instalado pela concessionária mede a energia injetada na rede e abate esse valor da conta de energia da casa automaticamente. Dessa maneira, a tecnologia fotovoltaica apresenta-se como uma nova fonte alternativa que abastece a casa toda, contribuindo com a redução do “custo de morar” do mutuário.

PROTEÇÃO À BIODIVERSIDADE

Um dos focos de atuação da CDHU, a recuperação de assentamentos precários é o principal trabalho da Companhia no que se refere à proteção ambiental e da biodiversidade. Além disso, o Manual de Projetos da CDHU prioriza a utilização de espécies nativas nos projetos de arborização urbana ou condominiais, com abertura para espécies adaptadas e frutíferas. Nos projetos de recuperação de áreas de proteção permanente, a heterogeneidade proposta atende a Resolução S.M.A. 08/2007, que fixa a orientação para o reflorestamento heterogêneo de áreas degradadas.

A Avaliação de Impactos Ambientais é realizada quando necessário, de acordo com a legislação, em especial nas intervenções em áreas com fragilidades. Nesses casos, são contratados profissionais específicos, com competência para a realização dos mesmos.

[103-2, 103-3]

A CDHU atua de forma diversificada em situações com interface com áreas de habitat protegido ou restaurado. Os empreendimentos novos que de acordo com a lei devem

destinar 20% do total da área loteada a áreas verdes contam com área de recomposição de vegetação nativa mediante termos de compromissos ambiental de implantação e acompanhamento até o aceite final, firmados com o órgão fiscalizador, pela CETESB ou Secretarias Municipais.

Já os empreendimentos novos em áreas que possuem porções com características de preservação ou recomposição de mata como nascentes, córregos e áreas com vegetação significativa ou remanescente seguem a legislação que incide sobre o tema, seguindo os compromissos relativos à preservação, recomposição ou compensação de vegetação.

A CDHU também atua em empreendimentos com urbanização que incluem a remoção de população de áreas protegidas, contribuindo para a restauração de porções degradadas com a implantação de infraestrutura e a retirada de fontes poluidoras como esgoto nos cursos d'água.

No caso de regiões com fragilidades ambientais, como altas declividades e ambientes protegidos como as intervenções na Serra do Mar e áreas protegidas do litoral, denominado Programa Litoral Sustentável, a Companhia busca implantar empreendimentos que supram as demandas habitacionais da população dessas áreas e que atendem à legislação de preservação e eventuais necessidades de compensações ambientais exigidas por lei. [103-2, 103-3, 304-3]

Por atuar em regiões onde podem ocorrer situações relacionadas a espécies protegidas e a possibilidade de existência de sítios arqueológicos (como no caso dos programas Serra do Mar e Litoral Sustentável), quando necessário, a CDHU realiza a contratação de profissionais competentes para as avaliações e possíveis intervenções no planejamento proposto. [304-4]

Programa de Recuperação Socioambiental da Serra do Mar

A iniciativa tem o objetivo de promover a preservação ambiental do Parque Estadual da Serra do Mar e melhorar a qualidade de vida da população residente na região, por meio de intervenções sociais e urbanísticas e do reassentamento de famílias residentes em áreas de risco.

A construção da Rodovia Anchieta em 1947 promoveu uma ocupação desordenada em uma das partes mais frágeis da floresta, com alto risco geotécnico. Em mais de 40 anos de ocupação, houve um agravamento dos problemas ambientais ao mesmo tempo em que a vulnerabilidade das famílias se intensificou, diante da iminência de deslizamentos de terra, da situação de pobreza, da precariedade das condições habitacionais e dos constantes acidentes causados pela proximidade das rodovias.

Com a proposta de urbanizar as áreas passíveis de consolidação e reassentar os moradores residentes em áreas de risco, surgiu, em 2007 o Programa de Recuperação Socioambiental da Serra do Mar. A intervenção abrange 7.556 edificações, em um total aproximado de 26 mil moradores em seis núcleos de favela: Água Fria, Cota 200, Cota 400/500, Cota 95/100, Pinheiro do Miranda e Sítio dos Queiroz.

Em 2017 o programa continuou apresentando resultados: foram entregues 503 unidades, sendo 500 unidades referentes aos empreendimentos São Vicente M e N e três cartas de crédito. Com os trabalhos de urbanização foram atendidas no total 283 famílias, reforçando o compromisso da CDHU.

INFORMAÇÕES CORPORATIVAS

Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo

A Companhia publica informações, editais, avisos, convocações e demonstrações financeiras no Diário Oficial do Estado de São Paulo e em jornais e grande circulação, além de jornais regionais, quando necessário.

Governo do Estado de São Paulo

Geraldo Alckmin – Governador (Dezembro/2017)

Marcio França – Governador (Agosto/2018)

Secretaria da Habitação

Rodrigo Garcia - Secretário de Estado (Dezembro/2017)

Paulo Cesar Matheus da Silva- Secretário de Estado (Agosto/2018)

Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo

Dezembro/2017

Agosto/2018

Carlos Alberto Fachini	Diretor Presidente	Humberto Emmanuel Schmidt de Oliveira
Néidio Henrique Rosselli Filho		
Euvanda Gonçalves de Moraes	Chefe de Gabinete	Wagner Meggiolaro Frencl
Carlos Alberto Fachini	Diretor Administrativo-Financeiro	Carlos Alberto Fachini
Aguinaldo Lopes Quintana Neto	Diretor Técnico	Miguel Calderaro Giacomini
Elisabete França	Diretor de Planejamento e Projetos	Paulo Roberto Massoca
Ernesto Mascellani Neto	Diretor de Atendimento Habitacional	Celso Toshito Matsuda
Nourival Pantano Júnior	Diretor de Assuntos Jurídicos e Regularização Fundiária	Humberto Emmanuel Schmidt de Oliveira

Rua Boa Vista, 170 – Centro - CEP 01014-930 - São Paulo – SP [102-3]

(11) 2505-2000 | www.cdhu.sp.gov.br

SUMÁRIO DE CONTEÚDO GRI STANDARDS [102-55]



O índice apresentado a seguir traz correlação dos indicadores GRI com os Princípios do Pacto Global, os quais a empresa é aderente.

GRI Standard	Disclosure	Página e/ou URL e/ou Resposta Direta	Omissão	Verificação externa	Princípios do Pacto Global	Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS)
GRI 101: FUNDAMENTOS 2016						
DISCLOSURES GERAIS						
GRI 102: Disclosures gerais 2016	PERFIL DA ORGANIZAÇÃO					
	102-1 - Nome da organização	12		Não		
	102-2 - Atividades, marcas, produtos e serviços	12		Não		
	102-3 - Localização da sede	57		Não		
	102-4 - Localização das operações	Brasil		Não		
	102-5 - Propriedade e forma jurídica	12		Não		
	102-6 - Mercados atendidos	12, 13		Não		
	102-7 - Porte da organização	12, 13, 15		Não		
	102-8 - Informações sobre empregados e outros trabalhadores	40		Não		
	102-9 - Cadeia de fornecedores	35,36		Não		
	102-10 - Mudanças significativas na organização e na cadeia de fornecedores	8 Não houve, no ano de 2017, alteração da sede ou outras unidades da empresa		Não		
	102-11 - Abordagem ou princípio da precaução	13,51		Não		
	102-12 - Iniciativas externas	29		Não	1,2,3,4,5,6,7,8,9,10	
	102-13 - Participação em associações	15		Não		
	ESTRATÉGIA					
102-14 - Declaração do principal tomador de decisão	4,6		Não	2,8,9	1,3,6,9,10,11	

102-15 - Principais impactos, riscos e oportunidades	4,6,26 Os riscos são mapeados anualmente, por ocasião de demandas de auditorias dos controladores externos e as oportunidades são apresentadas e discutidas em reunião da Diretoria Plena		Não		
ÉTICA E INTEGRIDADE					
102-16 - Valores, princípios, padrões e normas de comportamento	25		Não	1,2,3,4,5,6,10	5,8
102-17 - Mecanismos de aconselhamento e preocupações sobre ética	25		Não	1,2,3,4,5,6,10	5,8
GOVERNANÇA					
102-18 - Estrutura de governança	19,21,22		Não		
102-19 - Delegando autoridade	21		Não		
102-20 - Responsabilidade de executivos por questões econômicas, ambientais e sociais	19,21		Não		
102-21 - Consulta aos stakeholders sobre tópicos econômicos, ambientais e sociais	8,10,29		Não		
102-22 - Composição do mais alto órgão de governança e de seus comitês	22		Não		
102-23 - Presidente do mais alto órgão de governança	22		Não		
102-24 - Nomeação e seleção do mais alto órgão de governança	21		Não		
102-25 - Conflitos de interesse	25		Não	10	
102-26 - Papel do mais alto órgão de governança na definição de propósito, valores e estratégia	11,19		Não		
102-27 - Conhecimento coletivo do mais alto órgão de governança	21		Não		
102-28 - Avaliação do desempenho do mais alto órgão de governança	21		Não		
102-29 - Identificar e gerenciar impactos econômicos, ambientais e sociais	26		Não		

102-30 - Eficácia dos processos de gerenciamento de risco	26		Não		
102-31 - Revisão de tópicos econômicos, ambientais e sociais	24,26		Não		
102-32 - Papel do mais alto órgão de governança nos relatórios de sustentabilidade	8,24		Não		
102-33 - Comunicar preocupações críticas	39		Não		
102-34 - Natureza e número total de preocupações críticas	25		Não		
102-35 - Políticas de Remuneração	21		Não		
102-36 - Processo para determinar a remuneração	43,44		Não		
102-37 - Envolvimento das partes interessadas na remuneração	44		Não		
102-38 - Relação da remuneração anual	44		Não		
102-39 - Relação do aumento percentual da remuneração total anual	44		Não		
ENGAJAMENTO DAS PARTES INTERESSADAS					
102-40 - Lista de partes interessadas	47		Não		
102-41 - Acordos de negociação coletiva	O Acordo Coletivo de Trabalho é realizado entre CDHU (empregador) e os sindicatos representantes das categorias preponderantes na Companhia. Todos os trabalhadores, ou seja, 100%, estão cobertos pelo Acordo coletivo de Trabalho 2017/2018		Não	3	
102-42 - Identificação e seleção das partes interessadas	47		Não		
102-43 - Abordagem para o engajamento das partes interessadas	8,11,48		Não		
102-44 - Principais tópicos e preocupações levantados	8,11,39,48		Não		
PRÁTICAS DE RELATO					
102-45 - Entidades incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas	A única entidade incluída nas demonstrações		Não		

		financeiras deste relatório é a CDHU				
	102-46 - Definição do conteúdo do relatório e limite dos tópicos	8,48		Não		
	102-47 - Lista de tópicos materiais	9		Não		
	102-48 - Reformulações de informações	8		Não		
	102-49 - Mudanças nos relatórios	8		Não		
	102-50 - Período coberto pelo relatório	7		Não		
	102-51 - Data do último relatório	Último relato publicado em 2017, referente ao ano 2016		Não		
	102-52 - Ciclo de emissão de relatórios	8		Não		
	102-53 - Ponto de contato para perguntas sobre o relatório	10		Não		
	102-54 - Declaração de acordo com Standards GRI	7		Não		
	102-55 - Sumário de conteúdo da GRI	58		Não		
	102-56 - Verificação externa	8,9		Não		

TÓPICOS MATERIAIS

DESEMPENHO ECONÔMICO

GRI 103: Forma de Gestão 2016	103-1 - Explicação do tópico material e seus limites	9		Sim, conforme página 8		
	103-2 - Forma de gestão e seus componentes	30, 31, 44				
	103-3 - Avaliação da forma de gestão	30, 31, 44				
GRI 201: Desempenho Econômico 2016	201-1 - Valor econômico direto gerado e distribuído	31		Sim, conforme página 8		8
	201- 3 - Obrigações do plano de benefícios definido e outros planos de aposentadoria	44		Sim, conforme página 8		8
	201-4 - Assistência financeira recebida do governo	30,31		Sim, conforme página 8		8

PRESEÇA NO MERCADO

GRI 103: Forma de Gestão 2016	103-1 - Explicação do tópico material e seus limites	9		Sim, conforme página 8		
	103-2 - Forma de gestão e seus componentes	31, 44				
	103-3 - Avaliação da forma de gestão	31, 44				

GRI 202: Presença de Mercado 2016	202-1 - Proporção do menor salário pago, por gênero, comparado ao salário mínimo local	44		Sim, conforme página 8	1,2,6	5,8,16
	202-2 - Proporção de membros da alta administração contratados na comunidade local	44		Sim, conforme página 8		8,11
IMPACTOS ECONÔMICOS INDIRETOS						
GRI 103: Forma de Gestão 2016	103-1 - Explicação do tópico material e seus limites	9		Sim, conforme página 8		
	103-2 - Forma de gestão e seus componentes	31				
	103-3 - Avaliação da forma de gestão	31				
GRI 203: Impactos Econômicos Indiretos 2016	203-1 - Investimento em infraestrutura e serviços oferecidos	31,32		Sim, conforme página 8	7,8,9	1,9,11,16
	203-2 - Impactos econômicos indiretos significativos	31,33		Sim, conforme página 8	7,8,9	1,9,11,16
PRÁTICAS DE COMPRA						
GRI 103: Forma de Gestão 2016	103-1 - Explicação do tópico material e seus limites	9		Sim, conforme página 8		
	103-2 - Forma de gestão e seus componentes	35				
	103-3 - Avaliação da forma de gestão	35				
GRI 204: Práticas de Compras 2016	204-1 - Proporção de gastos com fornecedores locais	35 100%. A CDHU considera fornecedores locais, todos os fornecedores são nacionais.		Sim, conforme página 8		1,8,9,10,11
COMBATE À CORRUPÇÃO						
GRI 103: Forma de Gestão 2016	103-1 - Explicação do tópico material e seus limites	9		Não		
	103-2 - Forma de gestão e seus componentes	25, 45				
	103-3 - Avaliação da forma de gestão	25, 45				
GRI 205: Combate à corrupção 2016	205-2 - Comunicação e treinamento sobre políticas e procedimentos anticorrupção	45 Cinco funcionários receberam treinamento de combate à corrupção, o que representa 0,76%		Não	10	12
	205-3 - Casos confirmados de corrupção e ações tomadas	25		Não	10	
CONCORRÊNCIA DESLEAL						

GRI 103: Forma de Gestão 2016	103-1 - Explicação do tópico material e seus limites	9		Sim, conforme página 8		
	103-2 - Forma de gestão e seus componentes	A CDHU controla suas ações judiciais através das ferramentas sistêmicas próprias. O departamento responsável é a Superintendências do Contencioso da Diretoria de Assuntos Jurídicos e de Regularização Fundiária, que atua através de seu corpo jurídico próprio		.		
	103-3 - Avaliação da forma de gestão	As diversas áreas gestoras da Companhia são orientadas para o correto cumprimento de leis e regulamentos que regulam o seu funcionamento.				
GRI 206: Concorrência Desleal 2016	206-1 - Ações judiciais por concorrência desleal, práticas de truste e monopólio	Não houve ações judiciais envolvendo os temas concorrência desleal e/ou violações de leis antitruste e da regulamentação de monopólio em face da CDHU. A CDHU controla suas ações judiciais através das ferramentas sistêmicas próprias. O departamento responsável é a Superintendências do Contencioso da Diretoria de Assuntos Jurídicos e de Regularização Fundiária, que atua através de		Sim, conforme página 8	10	

		seu corpo jurídico próprio.				
ENERGIA						
GRI 103: Forma de Gestão 2016	103-1 - Explicação do tópico material e seus limites	9		Não		
	103-2 - Forma de gestão e seus componentes	53				
	103-3 - Avaliação da forma de gestão	53				
GRI 302: Energia 2016	302-5 - Redução nos requisitos energéticos de produtos e serviços	53		Não	8,9	7,12,13
BIODIVERSIDADE						
GRI 103: Forma de Gestão 2016	103-1 - Explicação do tópico material e seus limites	9		Não		
	103-2 - Forma de gestão e seus componentes	55, 56				
	103-3 - Avaliação da forma de gestão	55, 56				
GRI 304: Biodiversidade 2016	304-3 - Habitats protegidos ou restaurados	56		Não	7,8,9	11,14,15
	304-4 - Espécies incluídas na lista vermelha da IUCN e em listas nacionais de conservação com habitats em áreas afetadas por operações da organização	56	Informação indisponível: A Companhia ainda não realiza ações de monitoramento de espécies ameaçadas e estuda a implantação dessa rotina para o ciclo 2019.	Não	7,8,9	11,14,15
CONFORMIDADE AMBIENTAL						
GRI 103: Forma de Gestão 2016	103-1 - Explicação do tópico material e seus limites	9		Não		
	103-2 - Forma de gestão e seus componentes	As diversas áreas da empresa são orientadas a gerenciar os requisitos.				
	103-3 - Avaliação da forma de gestão					

GRI 307: Conformidade Ambiental 2016	307-1 - Não conformidade com leis e regulamentos ambientais	Não houve distribuição de ação civil pública envolvendo multas ou sanções judiciais no período de 2017 relativa a impactos ambientais.		Não	8	
EMPREGO						
GRI 103: Forma de Gestão 2016	103-1 - Explicação do tópico material e seus limites	9		Não		
	103-2 - Forma de gestão e seus componentes	43				
	103-3 - Avaliação da forma de gestão	43				
GRI 401: Emprego 2016	401-2 - Benefícios concedidos a empregados de tempo integral que não são oferecidos a empregados temporários ou em regime de meio período	43		Não		8,3
	401-3 - Licença maternidade/paternidade	43		Não		8,3
SAÚDE E SEGURANÇA DO TRABALHO						
GRI 103: Forma de Gestão 2016	103-1 - Explicação do tópico material e seus limites	9		Não		
	103-2 - Forma de gestão e seus componentes	45, 46				
	103-3 - Avaliação da forma de gestão	45, 46				
GRI 403: Saúde e Segurança do Trabalho 2016	403-1 - Representação dos trabalhadores em comitês formais de saúde e segurança, compostos por empregados de diferentes níveis hierárquicos	46		Não	3,6	3,8
	403-2 - Tipos e taxas de lesões, doenças ocupacionais, dias perdidos, absenteísmo e número de óbitos relacionados ao trabalho	45,46		Não		3,8
	403-3 - Trabalhadores com alta incidência ou alto risco de doenças relacionadas à sua ocupação	45,46		Não	1	3,8
	403-4 - Tópicos de saúde e segurança cobertos por acordos formais com sindicatos	46		Não	3	3,8
TREINAMENTO E EDUCAÇÃO						
GRI 103: Forma de Gestão 2016	103-1 - Explicação do tópico material e seus limites	9		Não		
	103-2 - Forma de gestão e seus componentes	45				
	103-3 - Avaliação da forma de gestão	45				

GRI 404: Treinamento e Educação 2016	404-1 - Média de horas de treinamento por ano, por empregado	45		Não		3,4,8
	404-2 - Programas para o desenvolvimento de competências dos empregados e de assistência para transição de carreira	40,45		Não		3,4,8
	404-3 - Percentual de empregados que recebem regularmente avaliações de desempenho e de desenvolvimento de carreira	45 Atualmente a empresa está aplicando análise de desempenho aos empregados. A área de Gestão de Pessoas possui métodos de avaliação, mas no momento encontram-se suspensas, devido à restrição orçamentária decorrente da queda da arrecadação de impostos no estado.		Não		3,4,8

DIVERSIDADE E IGUALDADE DE OPORTUNIDADES

GRI 103: Forma de Gestão 2016	103-1 - Explicação do tópico material e seus limites	9		Não		
	103-2 - Forma de gestão e seus componentes	40, 43, 44				
	103-3 - Avaliação da forma de gestão	40, 43, 44				
GRI 405: Diversidade e Igualdade de Oportunidades 2016	405-1 - Diversidade em órgãos de governança e empregos	40,41		Não	1,2,6	8,1
	405-2 - Razão matemática do salário-base e da remuneração das mulheres em relação aos homens	43,44		Não	1,2,6	8,1

TRABALHO INFANTIL

GRI 103: Forma de Gestão 2016	103-1 - Explicação do tópico material e seus limites	9		Não		
	103-2 - Forma de gestão e seus componentes	35				
	103-3 - Avaliação da forma de gestão	35				
GRI 408: Trabalho Infantil 2016	408-1 - Operações e fornecedores com risco significativo de casos de trabalho infantil	35		Não	1,2,5	8,12

TRABALHO FORÇADO OU ANÁLOGO A ESCRAVO

GRI 103: Forma de Gestão 2016	103-1 - Explicação do tópico material e seus limites	9		Não		
-------------------------------	--	---	--	-----	--	--

	103-2 - Forma de gestão e seus componentes	35				
	103-3 - Avaliação da forma de gestão	35				
GRI 409: Trabalho escravo ou análogo a escravo 2016	409-1 - Operações e fornecedores com risco significativo de casos de trabalho escravo ou análogo a escravo	35		Não	1,2,4	8,12
AVALIAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS						
GRI 103: Forma de Gestão 2016	103-1 - Explicação do tópico material e seus limites	9		Não		
	103-2 - Forma de gestão e seus componentes	35				
	103-3 - Avaliação da forma de gestão	35				
GRI 412: Avaliação em Direitos Humanos 2016	412-3 - Acordos e contratos de investimentos significativos que incluem cláusulas sobre direitos humanos ou foram submetidos a avaliações de direitos humanos	35		Não	1,2	8,10,12
COMUNIDADES LOCAL						
GRI 103: Forma de Gestão 2016	103-1 - Explicação do tópico material e seus limites	9		Não		
	103-2 - Forma de gestão e seus componentes	50				
	103-3 - Avaliação da forma de gestão	50				
GRI 413: Comunidades Locais 2016	413-1 - Operações com engajamento da comunidade local, avaliação de impactos e programas de desenvolvimento local	49, 50		Não	1	1,3,4,6,7,8,9,10,11, 12
AVALIAÇÃO SOCIAL DE FORNECEDORES						
GRI 103: Forma de Gestão 2016	103-1 - Explicação do tópico material e seus limites	9		Não		
	103-2 - Forma de gestão e seus componentes	As diversas áreas da empresa são orientadas a gerenciar os requisitos				
	103-3 - Avaliação da forma de gestão					
GRI 414: Avaliação social de fornecedores 2016	414-1 Novos fornecedores selecionados com base em critérios sociais	No que cabe aos contratos de gestão da Superintendência de Gestão de Pessoas, aos fornecedores com contratos vigentes no exercício de 2017, exigido o atendimento às garantias		Não	6	8

		trabalhistas previstas em lei.				
	414-2 Impactos sociais negativos na cadeia de fornecedores e medidas tomadas	No que cabe aos contratos de gestão da Superintendência de Gestão de Pessoas, aos fornecedores com contratos vigentes no exercício de 2017, exigido o atendimento às garantias trabalhistas previstas em lei.		Não	6	8

POLÍTICAS PÚBLICAS

GRI 103: Forma de Gestão 2016	103-1 - Explicação do tópico material e seus limites	A CDHU não possui gestão sobre o tema, pois não efetua doações a partidos políticos		Não		
	103-2 - Forma de gestão e seus componentes					
	103-3 - Avaliação da forma de gestão					
GRI 415: Políticas Públicas 2016	415-1 - Contribuições políticas	A CDHU não efetua doações a partidos políticos ou políticos em atendimento ao Decreto Estadual nº 57.554, de 01 de dezembro de 2011.		Não		

SAÚDE E SEGURANÇA DO CLIENTE

GRI 103: Forma de Gestão 2016	103-1 - Explicação do tópico material e seus limites	9		Não		
	103-2 - Forma de gestão e seus componentes	37				
	103-3 - Avaliação da forma de gestão	37				
GRI 416: Saúde e Segurança do Cliente 2016	416-1 - Avaliação dos impactos de saúde e segurança de categorias de produtos e serviços	36,37 100%		Não		9,12

MARKETING E ROTULAGEM

GRI 103: Forma de Gestão 2016	103-1 - Explicação do tópico material e seus limites	9		Não		
	103-2 - Forma de gestão e seus componentes	37				
	103-3 - Avaliação da forma de gestão	37				

GRI 417: Marketing e Rotulagem 2016	417-1 - Requisitos para informações e rotulagem de produtos e serviços	37		Não		12
	417-2 - Casos de não conformidade em relação a informações e rotulagem de produtos e serviços	Não houve multas ou sanções monetárias aplicadas em decorrência de não conformidades com leis e regulamentos.		Não		
PRIVACIDADE DO CLIENTE						
GRI 103: Forma de Gestão 2016	103-1 - Explicação do tópico material e seus limites	9		Não		
	103-2 - Forma de gestão e seus componentes	27, 48				
	103-3 - Avaliação da forma de gestão	27, 48				
GRI 418: Privacidade do Cliente 2016	418-1 - Queixas comprovadas relativas a violações de privacidade e perda de dados do cliente	27,48		Não		
CONFORMIDADE SOCIOECONÔMICA						
GRI 103: Forma de Gestão 2016	103-1 - Explicação do tópico material e seus limites	9		Não		
	103-2 - Forma de gestão e seus componentes	As diversas áreas gestoras da Companhia são orientadas para o correto cumprimento de leis e regulamentos que regulam o seu funcionamento.				
	103-3 - Avaliação da forma de gestão					
GRI 419: Privacidade do Cliente 2016	419-1 - Não conformidade com leis e regulamentos nas áreas social e econômica	Não houve multas ou sanções monetárias aplicadas em decorrência de não conformidades com leis e regulamentos.		Não		

CRÉDITOS

Este Relatório de Sustentabilidade é resultado do esforço de todas as equipes e departamentos da CDHU. Agradecemos a todos pela participação e pelo comprometimento para a implantação de projetos e coleta de informações.

Revisão Técnica

Diretoria de Planejamento e Projetos

Superintendência de Planejamento e Programas Habitacionais

Maria Claudia Pereira de Souza

Gerência de Planejamento Estratégico e Programas

Mônica Therezinha Bartié Rossi

Gerência de Pesquisa Habitacional

Mariana de Sylos Rudge

Gerência de Comunicação Social da CDHU

Consultoria e Treinamento GRI / Apuração e Consolidação de Indicadores / Redação
Keyassociados Consultoria e Treinamento Ltda

Colaboradores envolvidos no relato dos indicadores e sistematização de informações

Adinan Pioli

Ana Maria Antonelli Aun

Ana Maria Antunes Coelho

Antonio Luis de Góis

Camila Moreira dos Santos da Fonseca

Carolina Ribeiro Matiello de Andrade

Claudia Prieto Contento de Andrade

Eduardo Seiler

João Antônio Bueno e Souza

Josmar Martins da Silva

Marcelo Luciano dos Santos Bilibio

Maria Thereza Torres Montenegro

Mariana de Sylos Rudge

Mônica Therezinha Bartié Rossi

Ricardo Catelan

Rosangela Paulino da Silva

Tania Wakisaka

Este conteúdo está disponível para download em
www.cdhu.sp.gov.br